

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BEATRIZ NAIRA DE MACEDO VERAS

**UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICO-
SANITÁRIA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DE
PERNAMBUCO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

RECIFE – PE

2022

BEATRIZ NAIRA DE MACEDO VERAS

UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DE PERNAMBUCO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna **BEATRIZ NAIRA DE MACEDO VERAS** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da professora **DRA. SÓNIA MARIA FONSECA PEREIRA OLIVEIRA GOMES**.

RECIFE – PE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V476a Veras, Beatriz Naira de Macedo
Uma análise dos efeitos da crise econômico-sanitária sobre o mercado de trabalho do Brasil e de Pernambuco sob a perspectiva de gênero / Beatriz Naira de Macedo Veras. - 2022.
53 f. : il.
- Orientadora: Sonia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2022.
1. Gênero. 2. Mulher. 3. Pandemia. 4. Mercado de trabalho. 5. Desigualdade. I. Gomes, Sonia Maria Fonseca Pereira Oliveira, orient. II. Título

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DE PERNAMBUCO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

BEATRIZ NAIRA DE MACEDO VERAS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota _____ apresentado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^ª. Dra. Sonia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes
Departamento de Economia - UFRPE

1^a Examinadora: Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Pereira de Oliveira
Departamento de Economia - UFRPE

2^a Examinadora: Prof^ª. Dra. Keynis Cândido de Souto
Departamento de Economia - UFRPE

3^a Examinadora: Prof^ª. Dra. Eliane Aparecida Pereira de Abreu
Departamento de Economia - UFRPE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter trilhado essa jornada até aqui, pela vivência com meus colegas e mestres e por todo aprendizado adquirido.

Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão que tiveram comigo todo o tempo, especialmente a minha mãe, Bárbara, que foi minha motivação de todos os dias.

Agradeço aos meus amigos que dividiram tanto comigo, especialmente Erick por compartilhar a alegria e sofrimento da rotina.

Agradeço ao meu namorado, Ederson, por compreender a demanda e importância dessa jornada.

Agradeço aos meus professores que tiveram tanta paciência e compreensão comigo durante todo o curso, especialmente a Dra. Sônia Gomes, pelo suporte e apoio para construção desse trabalho.

RESUMO

Nos últimos dois anos, o mundo inteiro vivenciou a pandemia do corona vírus que afetou a economia de diversos países, incluindo o Brasil. Devido as políticas de combate ao corona vírus, como o isolamento social e fechamento da atividade produtiva, o mercado de trabalho foi afetado diretamente. O objetivo da monografia é avaliar os impactos sofridos pelos trabalhadores, principalmente pelas mulheres, no mercado de trabalho devido ao vírus e as medidas utilizadas para combatê-lo, através dos indicadores do mercado de trabalho. As análises têm como base metodológica os dados provenientes da PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e abordam o comportamento e evolução dos indicadores como: desocupados e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, força de trabalho potencial, desalento, força de trabalho ampliada, taxa de desocupação e taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial a partir do primeiro trimestre de 2021 até o quarto trimestre de 2021, tornando possível comparar os níveis dos indicadores antes do advento da pandemia e após o período de pico. Os resultados apontam que apesar da recuperação do mercado de trabalho há uma desigualdade em termos de preenchimento desse mercado pelos homens em relação às mulheres, evidenciando a precariedade do trabalho para o sexo feminino tanto nos trimestres anteriores ao pico da crise do corona vírus como nos posteriores.

Palavras-chave: Gênero, Mulheres, Mercado de Trabalho, Pandemia, Desigualdade.

ABSTRACT

In the last two years, the whole world has experienced the corona virus pandemic that has affected the economy of several countries, including Brazil. Due to policies to combat the corona virus, such as social isolation and closure of productive activity, the job market was directly affected. The objective of this study is to analyze the indicators that demonstrate the vulnerability of the market from the comparison of conditions between males and females at the national level and in the state of Pernambuco. The analyzes are methodologically based on data from the Continuous PNAD, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and address the behavior and evolution of indicators such as: unemployed and underemployed due to insufficient hours worked, potential workforce, discouragement, expanded workforce , unemployment rate and combined unemployment rate and potential workforce from the first quarter of 2021 to the fourth quarter of 2021, making it possible to compare the levels of the indicators before the advent of the pandemic and after the peak period. The results indicate that despite the recovery of the labor market, there is an inequality in terms of filling this market by men in relation to women, evidencing the precariousness of work for women both in the quarters before the peak of the corona virus crisis and in the later ones.

Keywords: Gender, Women, Labor Market, Pandemic, Inequality.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)	25
GRÁFICO 2 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR TIPO DE MEDIDA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA SEMANA DE REFERÊNCIA.	27
GRÁFICO 3 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (%) – BRASIL.	28
GRÁFICO 4 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (MIL PESSOAS) - BRASIL.	29
GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA - BRASIL.	30
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, NA FORÇA DE TRABALHO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA (%) - BRASIL.	31
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (%) - BRASIL.	32
GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (%) - BRASIL.	33
GRÁFICO 9 - TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (%) - BRASIL.	34
GRÁFICO 10 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE DESOCUPADAS OU SUBOCUPADAS POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS - BRASIL.	35
GRÁFICO 11 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE DESOCUPADAS OU SUBOCUPADAS POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS - PERNAMBUCO.	36
GRÁFICO 12 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL NA SEMANA DE REFERENCIA - BRASIL.	37
GRÁFICO 13 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL NA SEMANA DE REFERENCIA - PERNAMBUCO.	38
GRÁFICO 14 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA CONDIÇÃO DE DESALENTO - BRASIL.	39
GRÁFICO 15 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA CONDIÇÃO DE DESALENTO EM PERNAMBUCO.	40
GRÁFICO 16 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA FORÇA DE TRABALHO AMPLIADA - BRASIL.	41
GRÁFICO 17 - PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NA FORÇA DE TRABALHO AMPLIADA - PERNAMBUCO.	42
GRÁFICO 18 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO E SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS - BRASIL.	43
GRÁFICO 19 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO E SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS - PERNAMBUCO.	43
GRÁFICO 20 - TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL - BRASIL.	44
GRÁFICO 21 - TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL - PERNAMBUCO.	46

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PIB E COMPONENTES DA OFERTA: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DESSAZONALIZADOS (ÍNDICE – BASE: 1º TRIM./220=100)	24
FIGURA 2 - PNAD CONTÍNUA – RENDIMENTO HABITUAL MÉDIO.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 GÊNERO E TRABALHO: A MULHER NO MERCADO	15
2.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: A PERMANÊNCIA DA DESIGUALDADE.	17
3. METODOLÓGIA DA PESQUISA.....	21
4. RESULTADOS	23
4.1 A RETOMADA DA ATIVIDADE ECONÔMICA: COMO TEM SE COMPORTADO O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO APÓS A PANDEMIA DA COVID-19.	23
4.2 PANDEMIA E A VULNERABILIDADE DA MULHER NO MERCADO: BRASIL Vs PERNAMBUCO.	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O coronavírus surgiu em 1937 e ficou conhecido em meados de 2002 e 2003 devido à síndrome respiratória aguda que causava nos infectados, sendo dessa forma denominado de Sars, sendo rapidamente controlada na época (BRITO et al., 2020, p. 55). Dezoito anos após o primeiro caso do Sars-cov, surge esse novo vírus originário do primeiro, denominado de Sars-cov2 caracterizado pela rápida propagação e disseminação. No Brasil, o primeiro caso oficial surgiu em 26 fevereiro de 2020 em São Paulo. Até 01 de dezembro de 2021, 210 países relataram casos de covid-19 de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, acumulando em torno de 22.193.479 casos, apenas no Brasil, de acordo os dados da rede de saúde integrada – DASA.

É consenso que a crise atual afetou o mundo de forma severa, trazendo importantes implicações econômicas e sociais em todo o continente. A covid-19 acentuou os resultados da baixa produtividade, da alta desigualdade e informalidade, além de escancarar as deficiências dos serviços e instituições públicas nos países menos desenvolvidos, em especial nos da América Latina. De acordo com *Latin American Economic Outlook 2021*, relatório produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, a América Latina juntamente com o Caribe experimentaram uma forte desaceleração econômica, com o Produto Interno Bruto – PIB sendo bastante afetado, apresentando queda de quase 7% e em termos de seu nível *per capita*, as projeções são de que não deverá retornar aos níveis pré-crise antes de 2023-24.

O relatório em tela, ainda afirma que os impactos da crise afetaram de forma mais significativa os grupos mais vulneráveis. Estima-se que a extrema pobreza tenha aumentado mais de um ponto percentual em 2020 atingindo 12,5% da população e a pobreza tenha aumentado em torno de cinco pontos percentuais alcançando 33,7%, sendo esses os níveis mais altos nos últimos 20 e 12 anos, respectivamente. Acrescenta-se ainda que a desigualdade medida pelo índice de Gini aumentou em 2,9%, este que é um dos principais indicadores que mostram o grau de concentração de renda refletindo as desigualdades de rendimentos da população brasileira.

No segundo trimestre de 2020, a desigualdade de renda no Brasil alcançou seu maior patamar na serie histórica, foi o que apontou o estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV Social. O índice de Gini no Brasil ficou em 0,6257 no mês de março, com uma queda de 20,1% na renda da população brasileira quando comparado com o trimestre anterior. Ainda de acordo com o relatório, 17,7 milhões de pessoas voltaram a pobreza. O nordeste foi a região que apresentou a maior Pobreza Extrema, tendo chegado a 10%.

Para Pernambuco, os dados da PNAD Contínua mostram uma elevada taxa de desocupação, encerrando o ano de 2021 com uma taxa de 19,9%, a maior alta da série histórica. Além disso, a informalidade vem crescendo cada vez mais no estado, alcançando em 2021 o pico de 51,9%, assim como a concentração de renda. A capital pernambucana registrou um índice de Gini de 0,612 ocupando a primeira posição, seguido por João pessoa (0,591) e Aracaju (0,581) no ano de 2020 são os dados da Síntese de Indicadores Sociais – SIS.

Cabe salientar que anterior à ocorrência da doença, o Brasil estava tentando se recuperar da recessão de 2014 a 2016. Os dados deste período mostram que no ano de 2014 o PIB cresceu 0,5% enquanto que no ano de 2015 e 2016 houve contração de 3,5% e 3,31% respectivamente, anteriores a essa contração, a última vez que o país apresentou crescimento negativo do PIB foi após a crise de 29 (CODACE, 2017). O nível de extrema pobreza chegou em seu menor número no ano de 2014 cerca de 9 milhões pessoas, desde então, o contingente da população brasileira cresceu e, em 2018, chegou a 6,5% da população total do país, somando 13,5 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza (SIS, 2020). Quanto ao índice de Gini, este marcava 0,6003 nos últimos trimestres de 2014, o nível mais baixo da série histórica e nos anos seguintes aumentou, alcançando 0,6291 no segundo semestre de 2019, um aumento de 0,0287 pontos (NERI, 2019).

A junção deste cenário pré – pandemia, de tentativa de recuperação e as restrições a mobilidade impostas pela doença afetaram sobremaneira a atividade econômica com reflexos importantes no mercado de trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desocupação em Pernambuco atingiu 21,3% da população de 14 anos ou mais no 1º trimestre de 2021, além de ter sido observado o avanço da informalidade, cerca de um 1,8 milhão de pessoas se encontrava na informalidade no final do ano de 2021. Pernambuco acumulou em torno de 868 mil desempregados, 15% a mais do que o observado no mesmo trimestre de 2020, ano de registro oficial do primeiro caso no país. Neste período, o quantitativo de pessoas classificadas como desalentadas, ou seja, aquelas que deixaram de procurar emprego no Estado foi de 367 mil pessoas.

O trabalho de Barbosa et al. (2020) traz um retrato dessa retração da economia. De acordo com esses autores, se forem comparados o período anterior à crise, final de 2019 e o período do início da pandemia no Brasil, última quinzena de março de 2020, percebe-se um aumento de cerca de cinco pontos percentuais na probabilidade de ficar desempregado. Dentro desse percentual, as mulheres e os jovens são os mais afetados. Esses dois grupos destacam-se com a maior probabilidade de perder o emprego no início da crise, com cerca de 20% de chance. Os autores concluem que considerando os indicadores de perda de emprego e os diferenciais associados às características individuais, a pandemia aprofundou algumas desigualdades

observadas no mercado de trabalho, pois aqueles que se encontram em situações desvantajosas apresentam piores indicadores, sendo essa deterioração maior entre as mulheres.

Além disso, a pandemia também afetou drasticamente a vida do pequeno e médio empresário, de acordo com pesquisa realizada pelo SEBRAE sobre o impacto da pandemia do Coronavírus nos pequenos negócios, 5,3 milhões de pequenas empresas mudaram sua forma de funcionar pós-pandemia, muitas delas aderindo ao serviço de *delivery* ou implantando um sistema *drive thru*. Logo, os incentivos governamentais, tanto aos trabalhadores como as empresas, são fundamentais para a mitigação dos danos das falências, é o caso do PEC, Programa estímulo ao crédito iniciado em novembro de 2021 que impulsionou a busca das empresas por crédito no mês de janeiro, levando a uma alta de 20% quando comparado ao mês de janeiro do ano anterior, portanto o acesso ao crédito permite a continuidade das atividades empresariais e contribui para a recuperação da atividade econômica (SERASA EXPERIAN, 2021).

De acordo com a pesquisa de Schymura (2021), a capacidade produtiva das empresas brasileiras foi fortemente afetada gerando falências que tiveram impactos significativos no nível de emprego. Os dados da pesquisa mostram que a população ocupada - PO caiu quase 15% entre fevereiro e julho de 2020, na leitura de julho de 2021, a PO encontrava-se 4,4% abaixo do nível pré-pandemia. Outro dado importante é a População Economicamente Ativa – PEA entre fevereiro e julho de 2020 apresentou recuo de aproximadamente 12% da força de trabalho brasileira, e mesmo apresentando certa melhora no ano de 2021, ainda se encontra 2,8% abaixo do nível pré-pandemia. O autor relata que no processo de recuperação do mercado de trabalho, o setor informal tem tido a recuperação mais lenta, em julho, o emprego formal encontrava-se 4,8% abaixo do período pré-pandemia e o informal, 5,4% abaixo.

A evidência empírica existente sugere que há uma heterogeneidade significativa nas características individuais dos trabalhadores quanto a sua posição ocupacional, seu tipo de contrato e vínculos (ADAM-PRASSL et al., 2020; ALON et al., 2020; GALASSO et al., 2020). Quando olhamos para a taxa de participação por sexo no mercado de trabalho, que mostra a proporção das pessoas em idade de trabalhar que estejam empregadas ou desempregadas tem-se que, em 2012, os homens apresentavam uma participação de 22 p.p mais elevada que as mulheres, diferença essa que permanece alta no ano de 2019, marcando 18 p.p. (COSTA et al., 2021).

A crise econômica e de saúde resultante da pandemia da covid-19 mudou drasticamente a vida de milhares de pessoas, não apenas no aspecto da saúde, mas trouxe severos impactos à renda familiar. Segundo Veloso (2021), a pandemia afetou de forma particularmente significativa os trabalhadores informais e com baixa escolaridade. De acordo com Veloso a

redução do emprego formal foi bastante expressiva (4,2%), porém no emprego informal a proporção foi três vezes maior (12,6%). As ocupações de baixa escolaridade também foram afetadas negativamente com redução de 20,6% no emprego de pessoas com até três anos de estudo.

Esse cenário de consequências graves em termos de geração e renda, não teve desfechos ainda piores por conta das políticas de manutenção de emprego e renda levadas a cabo pelo Governo Federal. Com destaque para o Benefício Emergencial de preservação do emprego e da renda – Bem, criando em 2020 com intuito de diminuir os impactos econômicos da pandemia nas relações trabalhistas. O objetivo do programa era permitir que o trabalhador e o empregador pudessem realizar acordos para reduzir a jornada de trabalho com redução proporcional no salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho, durante o período do acordo o governo federal assume parte dos custos resultantes da suspensão ou redução da jornada (BRIDJE, 2021). Além do supracitado, houve o auxílio emergencial no qual um valor mensal de 600 reais era pago aos beneficiários e nos quatro últimos meses do ano, no valor de 300 reais, servindo de fonte de subsistência para parte da população.

A crise de saúde pública enfrentada nos primeiros meses da chegada da covid 19, por não existir um tratamento farmacêutico direcionado, levou os entes federativos a tomarem medidas para conter a disseminação do vírus, sendo as medidas mais seguras e defendidas pela OMS o distanciamento social, o isolamento e a quarentena, contudo, estas ações apesar de serem extremamente essenciais para a preservação da vida, acarretaram uma drástica redução do nível da atividade economia.

Portanto, percebe-se que a crise sanitária e o consequente agravamento da crise econômica afetaram o crescimento econômico, o mercado de trabalho e os níveis de desigualdade do país. Diante disso, o objetivo geral da monografia é avaliar os impactos sofridos pelos trabalhadores, principalmente pelas mulheres, no mercado de trabalho devido ao vírus e as medidas utilizadas para combatê-lo, através dos indicadores do mercado de trabalho. Por tanto, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: analisar a dinâmica do mercado de trabalho no tocante as oscilações antes e após o período de pico da pandemia da covid-19, analisar o mercado de trabalho brasileiro e analisar o mercado de trabalho pernambucano.

A importância e relevância de um tema atual como a covid-19 e um tema recorrente como as desigualdades nas relações laborais entre homens e mulheres, visto que nos dias atuais, as mulheres precisam lutar para manter seu espaço no mercado de trabalho e conciliar as tarefas do lar que estas já assumem como chefe de família, justifica a presente pesquisa, no sentido de questionar, como a pandemia afetou a participação feminina no mercado de trabalho.

O trabalho se divide em capítulos onde serão analisados os movimentos no mercado de trabalho a partir do primeiro trimestre de 2019 até o quarto trimestre de 2021. A primeira parte da revisão de literatura analisa as relações laborais do mercado de trabalho de forma geral incluindo também o papel desempenhado pela mulher nesse mercado, a segunda parte analisa o mercado de trabalho brasileiro, bem como a condição de desigualdade imposta à mulher nesse mercado. Enquanto que no terceiro capítulo será descrita a metodologia de pesquisa adotada bem como os indicadores analisados. Por fim, no quarto capítulo serão vistos os resultados das análises dos indicadores.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 GÊNERO E TRABALHO: A MULHER NO MERCADO

A entrada das mulheres no mercado de trabalho se deu de forma mais intensa a partir da Revolução Industrial, quando a necessidade de complementação da renda familiar fez com que elas fossem introduzidas no trabalho remunerado de maneira forçada, sendo obrigadas a aceitar desempenhar tarefas penosas e mal remuneradas (GIRÃO, 2001).

A revolução industrial despertou o interesse na população para encontrar outras formas de se ganhar dinheiro, uma nova era que trazia uma nova divisão de classes, com a figura do patrão e seu funcionário, entretanto as condições dessas relações eram precárias e desumanas, como exemplo, a Inglaterra, berço da revolução industrial, que apesar do período de grande desenvolvimento econômico, trazia um cenário precário, com situações de exposição à fome e doenças como: tifo, peste e demais epidemias, além da falta de saneamento básico fazendo com que pessoas e animais transmissores de doenças dividissem o mesmo espaço. Havia ainda situações de famílias inteiras dividindo quartos e jornadas exaustivas de trabalho. Tudo isto evidenciava as condições desumanas as quais os trabalhadores eram submetidos (CARMO, 2005). Nesse cenário, enquanto os empresários obtinham ganhos extraordinários, os trabalhadores sofriam com a insuficiência da renda.

Foi a partir da insatisfação com tais condições de trabalho que os trabalhadores organizaram movimentos sociais transformando e mudando radicalmente as relações trabalhistas. Um desses movimentos, denominado os cartistas, foi liderado por Feargus O'Connor e William Lovett que lutavam contra a exploração dos trabalhadores (BRITO, 2018). Em 1834, esse movimento elaborou a chamada carta do povo que reivindicava, entre outras coisas, o sufrágio universal secreto, direito a participação no parlamento e diminuição da jornada de trabalho (SANTIAGO, 2016). O pensamento do cartismo ensejou o início da elaboração das leis trabalhistas.

No século XX, era comum o cenário onde o homem/marido era o provedor da família e a mulher apenas a cuidadora da casa e dos filhos. No caso de falecimento do esposo, essas mulheres acabavam em atividades informais, como cuidando de lar de terceiros, com costura, com lavagem etc. Atividades essas que são pouco valorizadas e que se perpetuaram ao longo do tempo como atividades femininas.

Durante a antiguidade, as mulheres já eram vistas de forma negativa, em uma situação de inferioridade quando comparada ao homem. Este estava sempre em destaque, a maioria dos nomes de grandes navegadores, imperadores, reis, políticos e pensadores são masculinos. Até mesmo os dizeres da antiguidade de ser grato por ter nascido homem mostra o desprezo e a

inferioridade dada ao gênero feminino. São diversos os exemplos que prejudicam e caracterizam o gênero feminino, esses exemplos se perpetuaram de forma mais intensa até o início do século XIX.

Em 1996 surge o pensamento socialista que prega a igualdade entre todos os cidadãos como essencial para o progresso econômico e social, a maioria dos autores dessa corrente de pensamento socialista não era claro sobre a questão da mulher e os abusos sofridos por esta no trabalho. Até que Charles Fourier (1996) traz a questão da emancipação feminina como um importante indicador do andamento da emancipação geral da sociedade. Tal visão ressalta que a inserção da mulher bem como os direitos adquiridos por esta numa sociedade revelam o real desempenho da democracia. Podemos observar que países ocidentais onde as mulheres são mais inseridas no mercado e possuem de certa forma maior autonomia, são países onde há uma democracia, já países autoritários, onde a mulher não tem voz na sociedade configuram-se como países onde não há o exercício pleno da democracia.

Como citado anteriormente, a revolução industrial foi um período que ensejou as mudanças nas relações trabalhistas. A criação da classe de assalariados foi uma ruptura do antigo padrão feudal marcado pelas pequenas unidades de produção independentes.

Os acontecimentos que ocorreram nesse período revelam as condições degradantes que os trabalhadores eram submetidos. De acordo com Smith (2005) os salários que os trabalhadores recebiam eram extremamente baixos e as jornadas de trabalhos podiam alcançar até 16 horas trabalhadas por dia sem direito a férias. As fábricas eram imundas e barulhentas, os patrões cruéis que visavam a exploração máxima da classe operária de maneira a garantir o lucro mantendo os funcionários economicamente dependentes do salário.

As lutas femininas começaram com o objetivo de alcançar mais igualdade e melhores condições no trabalho e isso resultou em importantes fatos históricos, como o dia 08 de março que tem como origem as lutas das mulheres operárias da indústria têxtil Cotton, situada em Nova Iorque. Nesse dia, as mulheres da indústria realizaram uma grande greve em 1908, reivindicando redução na carga diária de trabalho para 10 horas, igualdade de salário com os homens, visto que algumas mulheres ganhavam 1/3 do valor do salário do homem e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. Porém essas mulheres foram reprimidas duramente, trancadas dentro da fábrica e incendiadas, aproximadamente 130 funcionárias morreram. Já em 1917, no mesmo dia, mulheres russas se manifestaram exigindo igualdade e respeito.

2.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: A PERMANÊNCIA DA DESIGUALDADE.

Há uma série de argumentos que podem ser utilizados para explicar as diferenças observadas nos salários de diferentes indivíduos: diferentes qualificações; compensações por diferenças não pecuniárias como, por exemplo: insalubridade e maiores riscos de acidente de trabalho; engajamento em carreiras com diferentes perspectivas de progresso, inserção em atividades mais ou menos sujeitas ao desemprego etc.

Nos estudos sobre diferenciais de salários, uma das questões que tem chamado atenção dos analistas refere-se à situação de indivíduos igualmente produtivos que são avaliados e caracterizados com base em atributos não produtivos. Neste caso, trata-se de discriminação no mercado de trabalho, pois apesar da estrutura ocupacional diferenciada entre homens e mulheres a justificativa para a divergência salarial entre esses dois grupos deve-se a discriminação (BARROS et al, 1995; OLIVEIRA, 1998; ARAUJO E RIBEIRO, 2002).

Em se tratando do mercado de trabalho brasileiro historicamente tem-se um mercado marcado por fortes padrões de desigualdades que permanecem ao longo do tempo, padrões que devem ser levados em consideração nas formulações de políticas de inclusão social, de emprego e de redução da pobreza, pois são eles que originam e reproduzem a pobreza (ABRAMO, 2006). Com o intuito de trazer uma maior igualdade e regulamentação a esse mercado, em 1943 foi criada a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT com o objetivo de trazer proteção à dignidade humana frente ao império econômico do capital. Esse texto traz em seu bojo o 13º salário, o repouso semanal e outros institutos trabalhistas.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegura à mulher a igualdade de oportunidades ao ingressar no mercado de trabalho, por meio de vedações impostas ao empregador. A CLT visa assegurar o livre e permanente acesso da mulher ao mercado de trabalho, entre outras disposições, estabelecendo normas de proteção ao trabalho feminino, conforme seus artigos 372 a 401, as quais dispõem sobre a duração e as condições do trabalho da mulher, a discriminação contra a mulher, o trabalho noturno, os períodos de descanso, os métodos e locais de trabalho e a proteção ao matrimônio e à maternidade, sendo este último assunto de grande importância e relevância na vida da mulher trabalhadora.

Em se tratando do avanço em prol de maior igualdade, o Brasil incorporou o conceito de trabalho descente formalizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT no ano de 1999, no qual se observa o comprometimento pautado na promoção de:

[...] oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e

dignidade humanas, sendo considerada condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável¹.

Contudo, apesar da criação da consolidação das leis trabalhistas, ainda é possível verificar uma situação de desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. Obviamente, a conquista dos direitos foi de fato um grande avanço em prol da melhoria do direito humano, porém, só a legislação em si, o texto, não é suficiente para a mitigação das diferenças de renda e discriminações presentes nas relações laborais.

A participação feminina no mercado de trabalho trouxe importantes transformações na economia brasileira após a industrialização, sendo este um fenômeno cultural de extrema relevância para uma maior igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros, homem e mulher.

Na década de 1950, 10% da população economicamente ativa do Brasil era representada por mulheres, e hoje, já representam mais de 49% de força de trabalho. Fato este que pode ser explicado pelo aumento da urbanização que fez aumentar o setor de serviços, que é predominantemente ocupado por mulheres (PINHEIRO, 2012).

No Brasil, a entrada da mulher no mercado de trabalho chama o interesse dos pesquisadores que procuram justificar esse marcante fenômeno por fatores culturais, econômicos, demográficos e institucionais. Madeira (1973) introduz a visão de que a mulher sempre esteve inserida no mercado de trabalho brasileiro. O autor afirma que nos estágios anteriores ao período de industrialização a mulher estava ligada as atividades rurais, como por exemplo, o cuidado da horta e pequenos animais, atividades que se confundem com o serviço doméstico.

A década de 1960 marca o início da expansão da urbanização no Brasil. No governo de Getúlio Vargas com o crescimento de fábricas e indústrias que trabalhavam com minério formaram-se grandes centros urbanos onde os trabalhadores que eram atraídos das atividades rurais para trabalhar nas fábricas se alojavam com suas famílias. Com esses centros, houve a multiplicação dos estabelecimentos comerciais onde o papel feminino predominava, além dos pequenos comércios que permitia às mulheres exercerem atividades produtivas e domésticas. Os estudos de Hoffman e Leone (2004) e Wajnman (2006) evidenciam o crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho brasileiro, os autores mostram que nos anos de 1950 menos de 10% das mulheres participavam do mercado de trabalho e elas representavam 12% da população economicamente ativa. Estas mulheres tinham entre 20 e 29 anos e a participação apresentava

1 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho Decente. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em março. 2022.

declínio em idades superiores, podendo ser interpretado como o período de maternidade, no qual a mulher se retirava do trabalho para dedicar-se a família, até mesmo porque havia uma ausência de instrumentos públicos que proporcionasse apoio no cuidado das crianças.

Na década de 1980 o Brasil viveu o período conhecido como década perdida, marcado pela estagnação econômica, baixo crescimento do PIB e acentuada inflação e com isso, o aumento da desigualdade social, visto que com a inflação alta as pessoas que tinham mais facilidades em proteger seu capital se favoreciam. De acordo com Priore (1997) o período de 1979 a 1985 foi marcado por diferentes mobilizações da sociedade. Surge o movimento feminino de mulheres trabalhadoras exigindo reconhecimento e valorização da classe, liderando movimentos a favor da libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários etc. Com isso, as mulheres conseguem penetrar nas estruturas majoritariamente masculinas, como diretorias de sindicatos, partidos políticos, associações, etc.

Ainda na década de 1980, especificamente em 1988, mulheres de diferentes segmentos sociais participaram da elaboração da constituição. Ao perceber a história da mulher ao longo do tempo, Bruschini (1994) afirma que os ganhos mais consideráveis em relação às políticas públicas femininas no Brasil, foram os direitos adquiridos com a Constituição de 1988. Os debates que deram origem a essa reformulação constitucional defendiam o entendimento de que os benefícios que tinham por objetivo proteger a mulher e que, por consequência, acabavam privilegiando-a em relação aos homens, geravam, ao mesmo tempo, discriminação, razão pelo qual deveriam ser revistos, considerando os avanços tecnológicos nos processos de trabalho. Com isso, as mulheres conquistaram, constitucionalmente, a ampliação da licença maternidade, limites diferentes de idade para a aposentadoria de homens e mulheres, é reconhecido o direito de chefe de família também a mulher, jornada de trabalho de 44 horas semanais para ambos os sexos, entre outros direitos. (PINHEIRO, 2012).

A partir de 1990 a abertura econômica, possibilitada pela ruptura do protecionismo tarifário do governo para com a indústria nacional, os baixos investimentos e a crescente terceirização da economia favoreceu ainda mais a incorporação da mulher no mercado de trabalho. Porém, diferente do período anterior, Wajnman (2006) ressalta que, apesar do aumento da participação feminina, desta vez mudava-se a faixa etária, diminuindo a entrada de mulheres mais jovens, devido a maior restrição de pessoas inexperientes, dando mais oportunidades às mulheres maduras.

Estas mudanças são refletidas nos dados da PNAD (IBGE) para 2000. A pesquisa mostra que 20% do total das mulheres estavam envolvidas em atividades domésticas, evidenciando a conquista qualitativa das mulheres que começam a ocupar nesse período posições em cargos mais valorizados. Em 2003, essas mulheres representavam 43% da força de trabalho. Porém tais

aspectos não evidenciam as condições nem sempre são favoráveis para a força de trabalho feminina, como por exemplo, o hiato dos rendimentos do salário quando comparados com os homens, característica esta que não pode ser explicada pela heterogeneidade das características produtivas (WAJNMAN, 2006). Este hiato salarial fica claro quando se analisa a escolaridade. Desde a década de 1970 o nível médio de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens, mesmo com a alegação de Leme e Wajnman (2003) de que o aumento da escolaridade não tenha demonstrado crescimento vigoroso nas últimas décadas, a escolaridade superior das mulheres, que seria um pressuposto para um maior ganho salarial, é ignorada e desconsiderada.

A decisão feminina em participar do mercado de trabalho se torna mais complexa, pois admite-se que a mulher leva em consideração não apenas sua vontade e necessidade, mas também a família como um todo. Uma vez que esta se decida por participar do mercado de trabalho, a mulher abre mão ou adia uma série de compromissos, como por exemplo, a maternidade.

Ademais, essa mudança comportamental influencia a demografia e a economia como um todo, pois questões como baixa taxa de natalidade e crescimento acelerado do envelhecimento da população estão fortemente relacionadas a decisão feminina de maternidade e entrada no mercado de trabalho.

3. METODOLÓGIA DA PESQUISA

A metodologia a ser utilizada no desenvolvimento desta monografia será centrada em dois instrumentos: o levantamento de material bibliográfico e a análise de dados secundários. O levantamento bibliográfico servirá para a construção do arcabouço teórico que fundamenta o estudo. E a pesquisa de fontes secundárias, para a análise descritiva de indicadores que retratem a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro sob a perspectiva de gênero, qual seja: a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio - PNAD Contínua. Outra fonte utilizada foi o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Ministério da Economia, ao qual está vinculada a pasta da Secretaria do Trabalho, para obter dados sobre o crescimento do país bem como uma visão generalizada do mercado de trabalho.

Esta monografia busca analisar o mercado de trabalho brasileiro no período anterior e posterior ao pico da pandemia da Covid-19, procurando identificar se a desigualdade registrada em termos de gênero no país ao longo dos anos foi agravada, e para tanto, serão usados os dados provenientes da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os dados a serem analisados compreendem o período que vai desde o primeiro trimestre de 2019, anterior ao período de pico da pandemia, até o quarto trimestre de 2021.

A monografia se propõe a analisar uma série de indicadores, sendo o primeiro a ser analisado o indicador referente aos Desocupados e Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, sendo este indicador formado pelas pessoas desocupadas que são pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho, porém que procuraram emprego no período de 30 dias e estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referencia, bem como as pessoas sem trabalho, na semana de referencia, que não tomaram providencias para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho com início previsto para após a semana de referencia e prazo limite para esse início de até 3 meses, enquanto subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são pessoas de 14 anos ou mais de idade que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais horas e estavam disponíveis para assumir mais horas no período de 30 dias;

A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referencia, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho, dessa forma, sendo formado por dois grupos: pessoas que realizaram procura por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e as pessoas que não realizaram busca por trabalho mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

O indicador intitulado desalentados representa as pessoas de 14 anos ou mais de idade que gostariam de trabalhar, porém desistiram de procurar emprego por considerarem que não tem chances de encontra-lo.

A força de trabalho ampliada abrange tanto as pessoas na força de trabalho, definida pelo conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estão trabalhando ou procurando por trabalho somada a força de trabalho potencial.

A taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas abrangem os dois indicadores citados e explicados anteriormente, porém divididos pela força de trabalho compreendida pelas pessoas que tem idade de trabalhar, 14 anos ou mais, que estão trabalhando ou procurando por trabalho. Enquanto que a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial abrange o conceito desses dois indicadores, também explicados anteriormente, divididos pela força de trabalho ampliada.

Esses indicadores supracitados compõe o conceito de subutilização da força de trabalho elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o intuito de complementar o monitoramento do mercado de trabalho além da medida de desocupação, tem-se como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (IBGE, 2016). Com os indicadores analisados, busca-se captar a precarização do mercado de trabalho brasileiro, principalmente no tocante a representatividade das mulheres nesses indicadores.

4. RESULTADOS

No mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero percebe-se que as mulheres não desfrutam das mesmas condições que os homens em diversos aspectos, tais como participação da força de trabalho e representação no percentual de vagas ocupadas, bem como sua própria opção em participar ou não do mercado de trabalho, pois com as redes de apoio fechadas durante a pandemia do corona vírus, as mulheres precisaram se dedicar aos cuidados do lar compondo o grupo de fora da força de trabalho que não buscaram trabalho mas estavam disponíveis.

4.1 A RETOMADA DA ATIVIDADE ECONÔMICA: COMO TEM SE COMPORTADO O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO APÓS A PANDEMIA DA COVID-19.

A partir de agosto de 2020 a 2021 a atividade econômica começa a se recuperar das baixas sofridas nos meses anteriores, apesar do estado de calamidade pública, o qual dispensa o cumprimento dos resultados fiscais até o final de 2020, os recursos destinados ao combate da pandemia são cerca de 5,55% do PIB do país, sendo semelhante aos procedimentos adotados em várias economias desenvolvidas (SILVA; SILVA, 2020)².

De acordo com a análise da conjuntura econômica do IPEA (2022a) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o setor de serviços apresentou desaceleração na passagem entre o terceiro e quarto trimestre do ano de 2021, registrando alta de 0,5% contra 1,2% do período anterior desconsiderando os efeitos sazonais. Os setores de informação e comunicação (3,4%) obteve maior destaque positivo, juntamente com o setor de atividades e serviços (2,1%). Esses dados mostram os efeitos do processo de normalização da mobilidade urbana, em virtude do avanço na campanha nacional de vacinação e do relaxamento das medidas restritivas. Em relação ao período pré pandemia, o setor como um todo alcançou um avanço de 2,9%, deixando um saldo positivo de 1,1% para 2022.

² SILVA, L. M; SILVA, A. R. Economia brasileira pré, durante e pós pandemia do covid-19: impactos e reflexões. Rio Grande do Sul: UFSM, 2020.

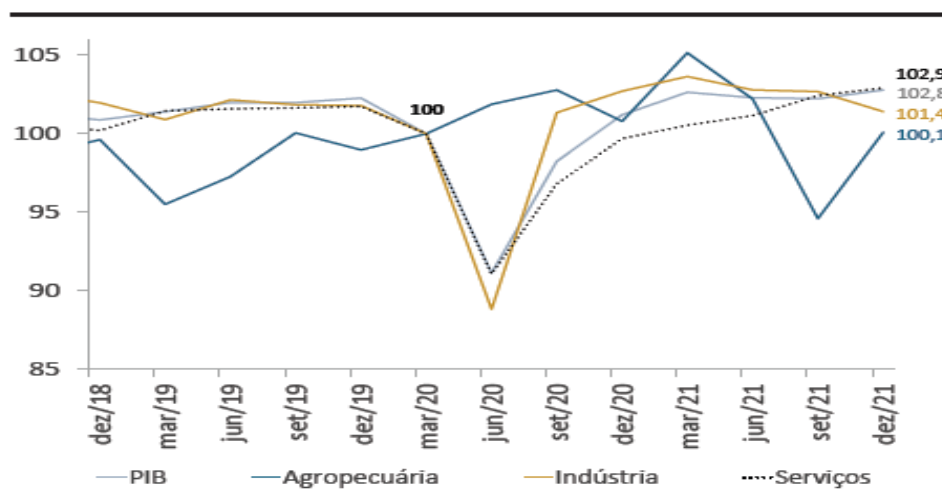


Figura 1 - PIB e componentes da oferta: evolução dos indicadores dessazonalizados (índice – base: 1º trim./2020=100)

Fonte: Adaptado do Grupo de Conjuntura da Dimac/IPEA usando dados do IBGE.

Como analisado por SILVA et al (2006), o setor de serviços apesar de assumir uma posição de destaque na economia brasileira, ainda caracteriza-se por manter funções de escolaridade mediana em comparado a outros setores e rendimentos baixos, com destaque apenas para alguma áreas como serviços de informação e comunicação além das atividades imobiliárias que possuem produtividades relativamente elevadas. De acordo com os autores, constata-se que a produtividade do setor muitas vezes esta ligada com baixo crescimento e custos crescente representando um estrangulamento do setor. Portanto, apesar do crescimento do setor de serviços no último trimestre de 2021, a qualidade desse setor pode representar um baixo rendimento para os trabalhadores.

Na análise do IPEA (2022c) sobre os rendimentos efetivos e habituais do último trimestre do ano de 2021 temos que os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 10,7% quando comparado ao mesmo trimestre de 2020, essa baixa é a quarta consecutiva acima de 10% no trimestre móvel. Essa queda pode ser explicada pela saída em massa de cargos com remunerações baixas no início da pandemia e a permanência dos cargos com remunerações mais elevadas o que acabou por aumentar o rendimento médio, porém, com o retorno da atividade econômica, os trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira assinada, por conta própria e até mesmo os assalariados com baixos rendimentos foram reinseridos no mercado de trabalho e com isso, o rendimento médio foi se reduzindo. Contudo, percebe-se que esse retorno aos movimentos habituais do mercado de trabalho ocorre em um nível de renda inferior ao observado anteriormente à pandemia. O rendimento médio real de R\$2.447 observado no quarto trimestre de 2021 é o menor observado na série histórica da PNAD Contínua.

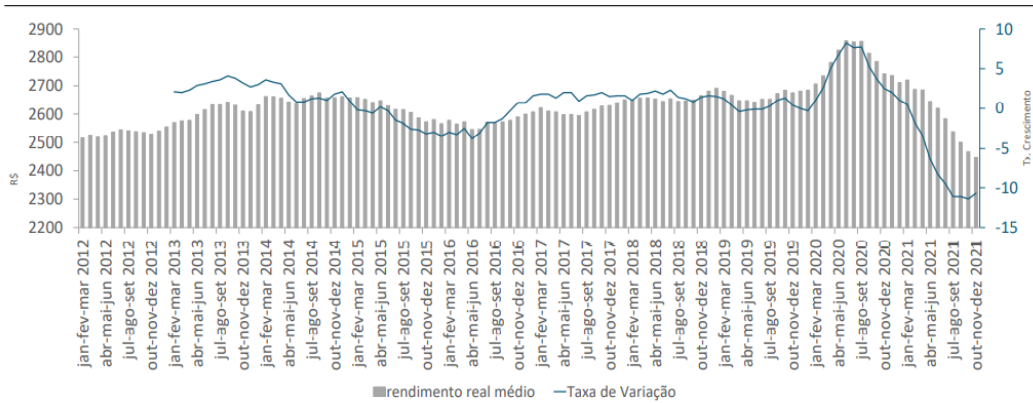
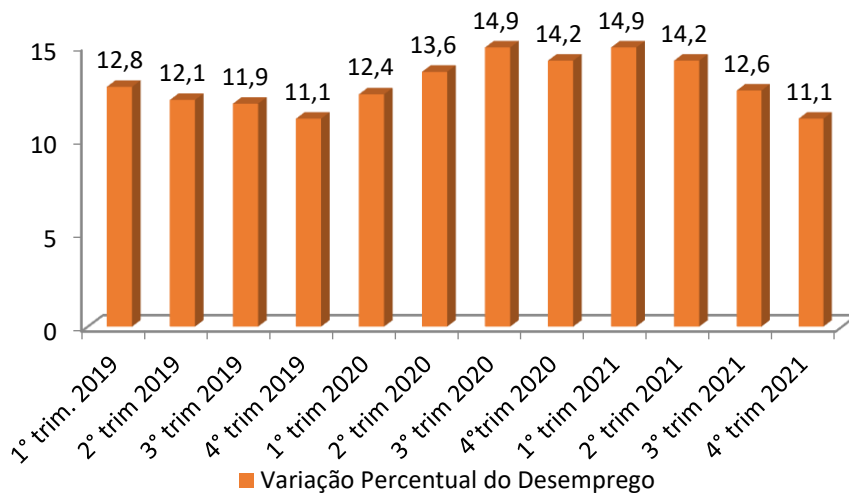


Figura 2 - PNAD Contínua – rendimento habitual médio

Fonte: Adaptado do Grupo de Conjuntura da Dimac/IPEA usando os dados do IBGE.

Observa-se conforme gráfico 1 que no 4º trimestre de 2021 começa a redução das altas taxas de desocupação observada nos meses anteriores, chegando a alcançar uma taxa de 11,1% de desemprego, voltando aos níveis anteriormente registrados. Os dados do IBGE contabilizam cerca de 12 milhões de desempregados e 4,8 milhões de desalentados no quarto trimestre de 2021, a principal causa dessa redução é o aumento da população ocupada que registrou alta de 8,1%. Mesmo diante de uma recuperação do emprego formal, a maior parte das vagas ainda está sendo gerada nos segmentos informais da economia. No último trimestre móvel encerrado em janeiro de 2022, segundo a PNAD Contínua, enquanto o montante de trabalhadores de carteira assinada avançou 9,3%, os trabalhadores sem carteira e por conta própria se expandiram 19,8% e 10,3% respectivamente (IPEA, 2022b).

Gráfico 1 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).



Fonte: Adaptado IBGE (2022).

Entretanto, quando olhamos para os dados do gráfico 1 podemos perceber que no primeiro ano da pandemia até a metade de 2021 temos altas taxas de desemprego, que pesquisadores como Silva e Silva (2020)³ justificam que essas taxas só não foram mais altas devido a queda de pessoas enquadradas na força de trabalho, dado que as pessoas que se encontravam desempregadas deixaram de procurar emprego por conta das medidas de distanciamento social ou até mesmo por não encontrarem meios que permitissem a procura por trabalho (devido ao fechamento de escolas e até restrições de saídas pelas ruas). Os autores afirmam que a eliminação dos postos de trabalho no ano de 2020 criou um cenário no qual as opções de trabalhos precários, que nas crises são essenciais para o sustento das famílias, estivessem inacessíveis.

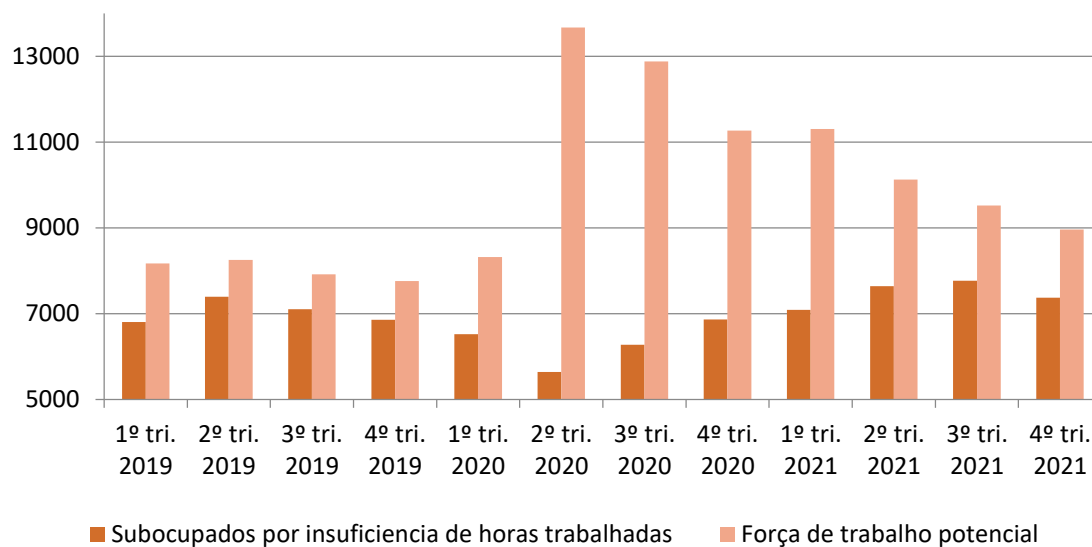
Essa melhora do emprego formal nos últimos trimestres de 2021 retratada pela pesquisa do IBGE é corroborada pelos dados do Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged). Segundo as estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho, nos últimos doze meses, encerrados em janeiro de 2022, a economia brasileira gerou mais de 2,75 milhões de novas vagas com carteira assinada. Logo, o estoque de trabalhadores formais medido pelo Caged, em janeiro, chegou a 40,8 milhões, o que representa uma alta de 6,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior (CAGED, 2022).

Quando olhamos para o recorte dos tipos de medida de subutilização da força de trabalho (gráfico 2), podemos perceber que no pico da pandemia, por volta do 2º trimestre de 2020, temos uma queda na quantidade de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, uma queda de 13,5% quando comparado com o trimestre anterior e de aproximadamente 18% quando comparado com o último trimestre de 2019.

Segundo Filleti *et al.* (2022), a força de trabalho potencial cresceu muito ao longo da pandemia uma vez que muitas pessoas se viram impossibilitadas de acessar seus trabalhos – seja por estarem muito expostas, por não conseguirem meios de transporte ou por ter que cuidar de familiares. A condição das mulheres no mercado de trabalho foi particularmente agravada pelo fechamento das escolas e pelo desmantelamento das redes de apoio. No início de 2021, algumas escolas começaram o processo de retomada, mesmo que parcial ou em dias alternados, movimento intensificado no 2º trimestre de 2021, ainda que sem um retorno completo. A referida autora ressalta que dentro da força de trabalho potencial, a principal redução se deu nas pessoas desalentadas. Foram 391,9 mil pessoas desalentadas a menos, sendo 245,1 mil mulheres (-8,1%) e -146,8 mil homens (-6,5%). Na categoria dos indisponíveis, por sua vez, houve uma redução de 204,8 mil pessoas (146,4 mil mulheres e 58,5 mil homens a menos).

3 SILVA, T. D; SILVA, S. P. Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da Pnad Covid-19. Nota técnica, n. 46. Brasília: DIEST.IPEA, nov, 2020.

Gráfico 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por tipo de medida de subutilização da força de trabalho na semana de referência.

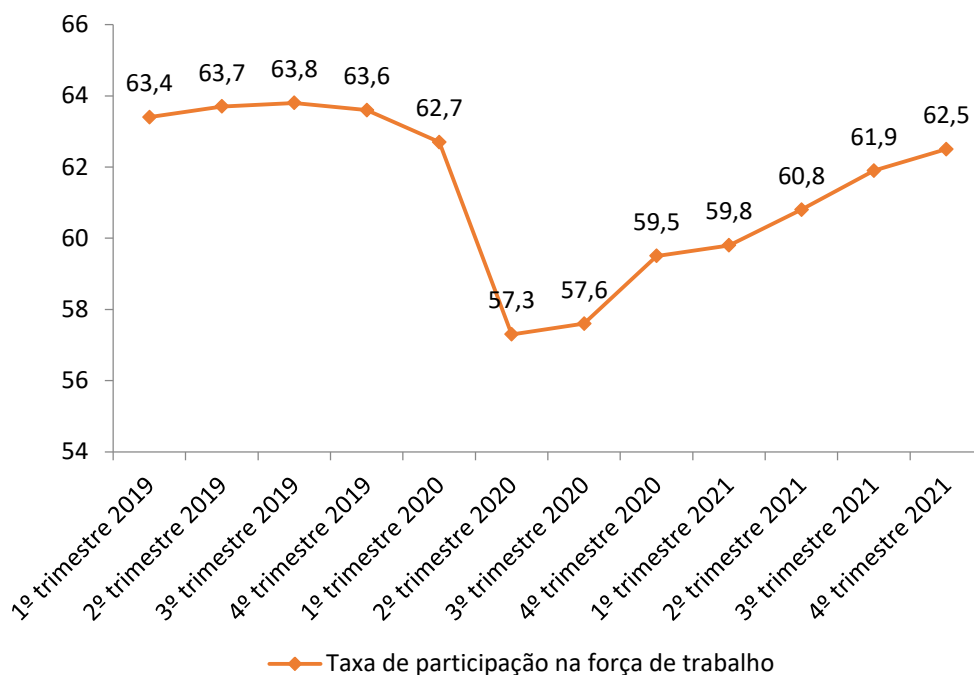


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua.

Esse cenário revela a condição diferente da crise gerada pela pandemia da covid-19, pois em períodos de crises típicas espera-se um aumento da taxa de desocupação, subocupação e até da ocupação informal, pois são indicadores que tendem a crescer quando há falência dos estabelecimentos e consequente queda dos empregos formais, com isso, as perspectivas negativas sobre o mercado levam as pessoas a aceitarem vagas temporárias, com jornada reduzida e menores rendimentos, ou seja, as pessoas se sujeitam mais facilmente a subempregos.

A pandemia da covid-19 mostra-se diferente das demais quanto ao comportamento da força de trabalho, que é composta pelas pessoas ocupadas e pelas pessoas desocupadas, no qual em um país em crescimento econômico como é o caso do Brasil, essa taxa tende a acompanhar a taxa de crescimento populacional e nos períodos de crise prolongada, como a que o Brasil passou em 2014 até 2016 deve haver um leve crescimento da força de trabalho, visto que os idosos tendem a permanecer nela mais tempo e os mais jovens tendem a entrar nela mais cedo (GORAYEB et al., 2020)

Gráfico 3 - Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Brasil.

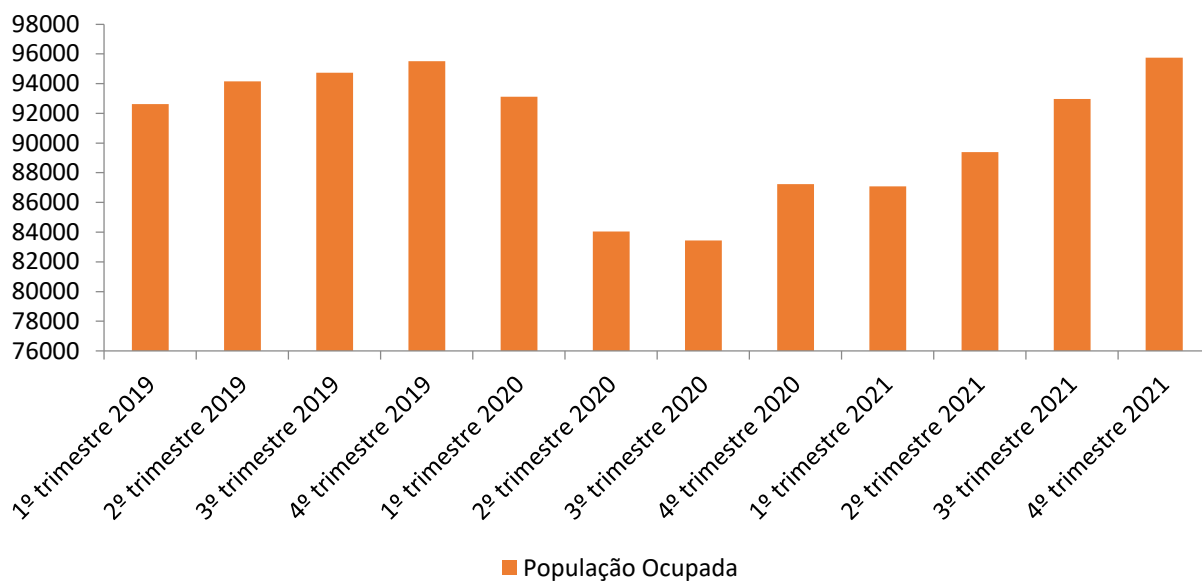


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua

Porém nessa crise em específico vemos o oposto, tem-se uma queda da força de trabalho que pode ser explicada pelas medidas de combate ao vírus que acabou por fechar diversos estabelecimentos e impossibilitar os meios para a busca de emprego ou até mesmo pelo auxílio emergencial que levou algumas pessoas a saírem da força de trabalho por não precisarem mais trabalhar nesse período (GORAYEB et al., 2020).

Nesse sentido, de acordo com Yamin (2020 *apud* Oliveira et al. 2020), a classe trabalhadora mundial está sendo severamente impactada pela desaceleração repentina e inesperada da economia mundial, causando perda de emprego em níveis elevados em todos os países. Uma das razões citadas é o fato de que mais de quatro quintos da força de trabalho vive em países que sofreram severas restrições de distanciamento e situações de *lockdown*. Consequentemente, muitos países desenvolvidos já enfrentam taxa de desemprego de dois dígitos, levando as pessoas a procurarem por auxílios de desemprego.

Gráfico 4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Mil pessoas) - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua

A proporção de ocupados na população em idade ativa – PIA, que era de 53,5% no primeiro trimestre de 2020, atingiu 47,1% no terceiro trimestre, uma queda de 6,4 p.p. em apenas dois trimestres. Essa queda da ocupação é algo sem precedentes no período coberto pela PNAD Contínua (CORSEUIL et al, 2021).

Por sua vez, a força de trabalho potencial, o trabalho de Gorayeb *et al.* (2020), aponta que houve um aumento gradual desde a segunda metade de 2015 e que no final de 2019 havia o dobro de pessoas em relação a 2014, sendo a categoria a representar maior incremento, os desalentados, grupo formado pelas pessoas que gostariam de trabalhar porém não procuram emprego por achar que não irá encontrar, esta categoria quase triplicou nesse período.

Conclui-se que a crise de 2020 determinada pela pandemia, refletiu no mercado de trabalho de forma diferente das crises predecessoras, a subutilização e a taxa de participação apresentaram movimentos decrescentes ao invés de crescente nos períodos de picos, comportamento contrário ao que se espera em tempos de crise econômica.

4.2 PANDEMIA E A VULNERABILIDADE DA MULHER NO MERCADO: BRASIL Vs PERNAMBUCO.

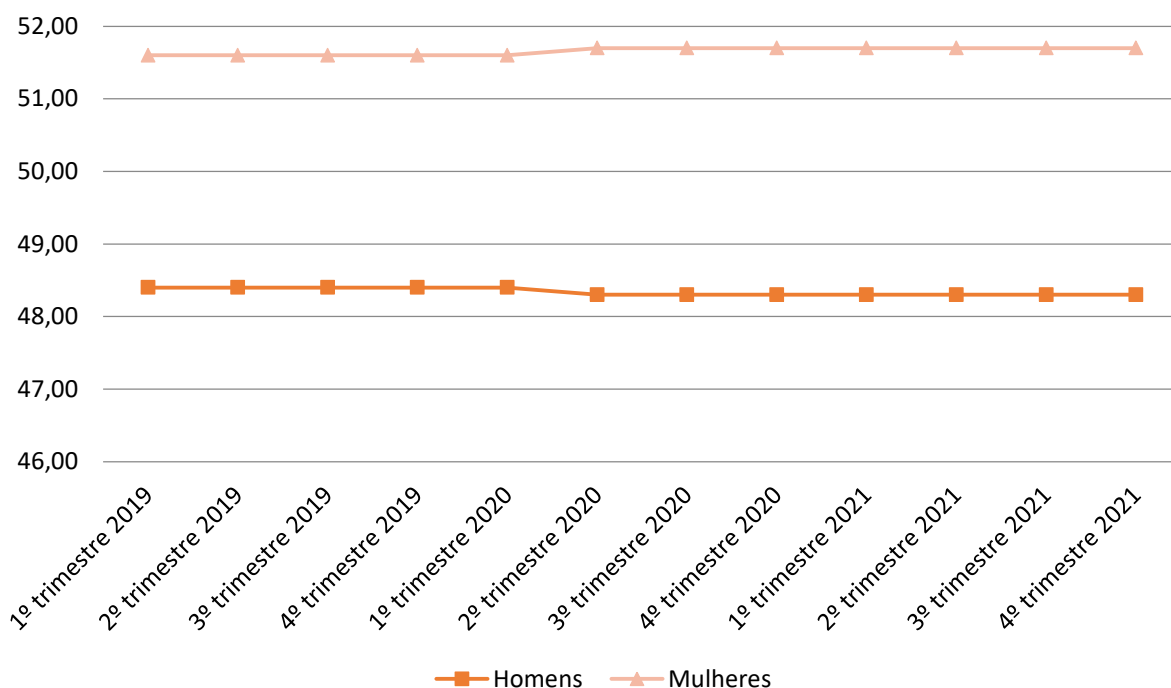
As mudanças no mercado de trabalho ao longo do tempo permitiram atualizações nas quais levaram as mulheres a conquistarem seu espaço no mercado. Essa inserção tem mostrado certo aumento gradual ao longo do tempo, mesmo que ainda hajam disparidades quando

comparadas ao sexo masculino. Bruschini e Lombardi (2003) atribuem esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho as necessidades econômicas ocorridas no mundo do trabalho e as novas oportunidades surgidas a partir de então, além disso, as autoras apontam como causas de tais mudanças as transformações demográficas, culturais e sociais que vem modificando o perfil das famílias brasileiras que pode ser constatado pela redução do número de filhos e pelo aumento quantitativo das famílias chefiadas por mulheres.

De acordo com Bruschini (1994) foi somente a partir de 1975 que o assunto trabalho começou a ser abordado de forma mais significativa para as mulheres. Os estudos iniciais tratavam basicamente da participação feminina no mercado de trabalho sem incluir a articulação entre trabalho e família, para a autora essa relação é de extrema relevância visto que para a mulher a vivência no trabalho implica na conciliação da relação da vida pública e privada.

A participação feminina no mercado de trabalho mostra-se em crescimento ao longo dos anos. As mulheres não só conquistam cada vez mais espaços na sociedade como também representam mais da metade da população nacional. Os dados da PNAD Contínua para o 4º trimestre de 2021 mostram que as mulheres representam aproximadamente 52% da população brasileira com 14 anos ou mais de idade. Essa maior representatividade também pode ser vista nos trimestres anteriores, conforme gráfico 5 a seguir:

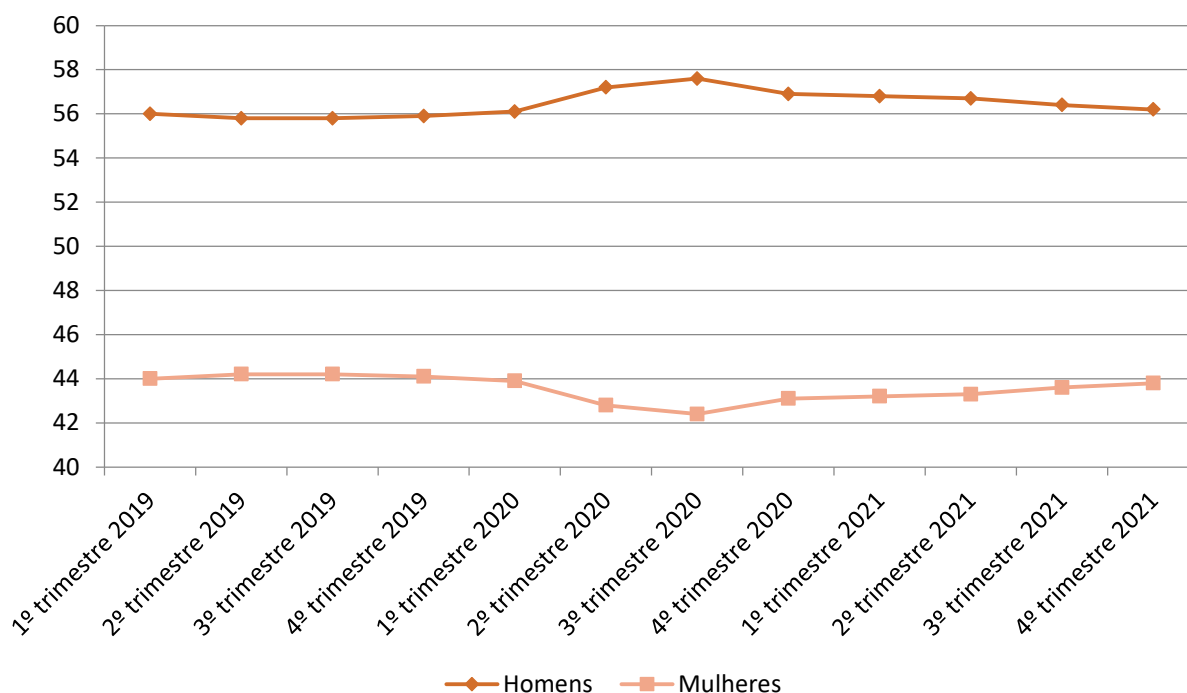
Gráfico 5 - População em Idade ativa, pessoas de 14 anos ou mais na semana de referência - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua

Mesmo as mulheres sendo a maioria na PIA – População em idade ativa (51,7%), observa-se (no gráfico 6) uma menor representatividade delas na força de trabalho (43,8% contra 56,2% do sexo masculino) e na população ocupada, gráfico 7, (com uma diferença de 15 p.p no último trimestre de 2021). Apesar dessa menor representatividade na Força de Trabalho, as mulheres foram a maioria na população desocupada assim como da população subocupada no mesmo período (FILLETI, 2021).

Gráfico 6 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (%) - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua

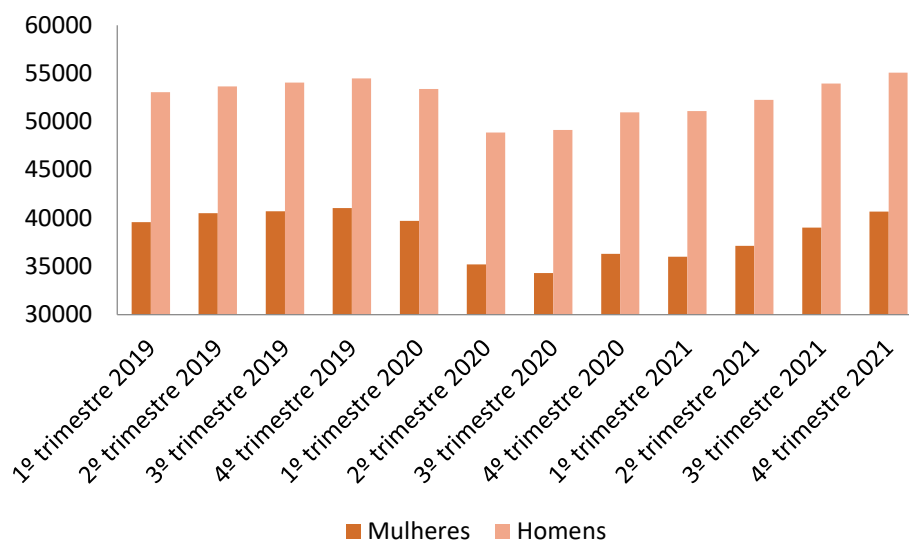
Em 2020, registrou-se uma contundente saída das mulheres da força de trabalho conforme observado no gráfico 6 a partir do segundo semestre de 2020, que, por ter que atender às demandas de cuidados em seus domicílios, não retomaram a procura por emprego. 56,9% das mulheres na América Latina estão ocupadas em setores nos quais é previsto um maior efeito negativo em termos de emprego e de renda por causa da pandemia (CEPAL, 2021).

Em relação às mulheres, como já apresentam grande desvantagem nos indicadores de participação do mercado de trabalho e como a desigualdade manteve-se, a situação ficou ainda mais exposta e a proporção de ocupadas entre o total de mulheres chegou a um patamar pouco abaixo de 40%. A diferença em relação aos homens significa um pouco menos de 20 p.p (IPEA, 2022b).

De qualquer forma, Filleti (2022) relata que houve, no 4º trimestre de 2021, um retorno das pessoas para a força de trabalho, com um aumento de 1,1% para as mulheres e para os homens –

o que representou 1,2 milhão de pessoas a mais no mercado de trabalho, sendo 534,1 mil mulheres e 636,1 mil homens. Essas pessoas foram alocadas entre as pessoas ocupadas e subocupadas, pois, mesmo que pouco significativa em termos absolutos, houve uma redução do número de pessoas desocupadas (-11,9% para as mulheres e -9,8% para os homens).

Gráfico 7 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua.

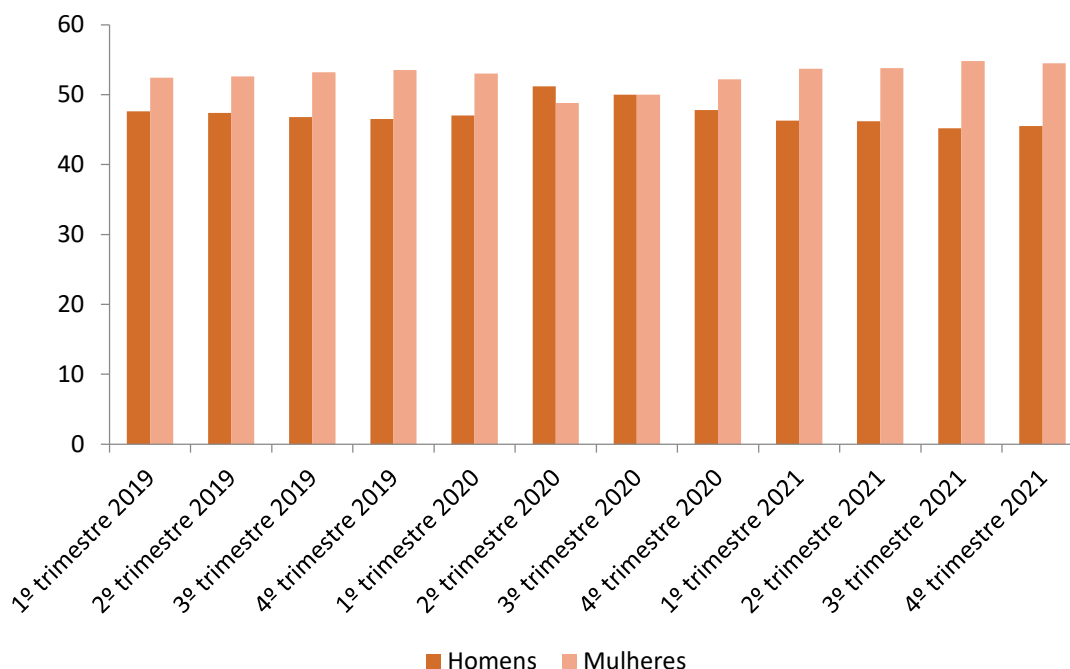
Os dados de ocupação também sustentam a hipótese de que o ano de 2020 exibiu um movimento diferente daquele que ocorreu na longa crise econômica precedente, nos anos de 2014 até 2016. Houve uma redução dramática no número de pessoas ocupadas nos três primeiros trimestres desse ano, tendência diferente da observada nos últimos trimestres, quando se observa uma relativa estabilidade das pessoas ocupadas. O impacto sobre o total das ocupações, no início de uma crise, pode não ser tão forte, pois as pessoas podem trocar de posições dentro das categorias de ocupação (GORAYEB et al. 2020).

De acordo com Costa *et al.* (2021) a forte queda na taxa de ocupação resultou também em um aumento dos diferenciais nesse indicador por raça/cor e idade. Apesar do diferencial na taxa de ocupação por gênero não ter se ampliado, sobressai o fato de que menos de 40% das mulheres encontravam-se ocupadas nos primeiros meses da crise pandêmica.

Apesar dessa menor representatividade na força de trabalho, as mulheres foram à maioria da população desocupada, conforme gráfico 8, com exceção do segundo e terceiro trimestre de 2020, que marcaram 51,2% e 50% a taxa de desocupação para o sexo masculino e 48,8% e 50% para o sexo feminino, respectivamente. Além disso, a partir do segundo trimestre de 2020 inicia-

se o isolamento social, principal medida de combate ao corona vírus, que levou a queda da atividade econômica e consequentemente aumento do desemprego. (FILLETI, 2021).

Gráfico 8 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (%) - Brasil.

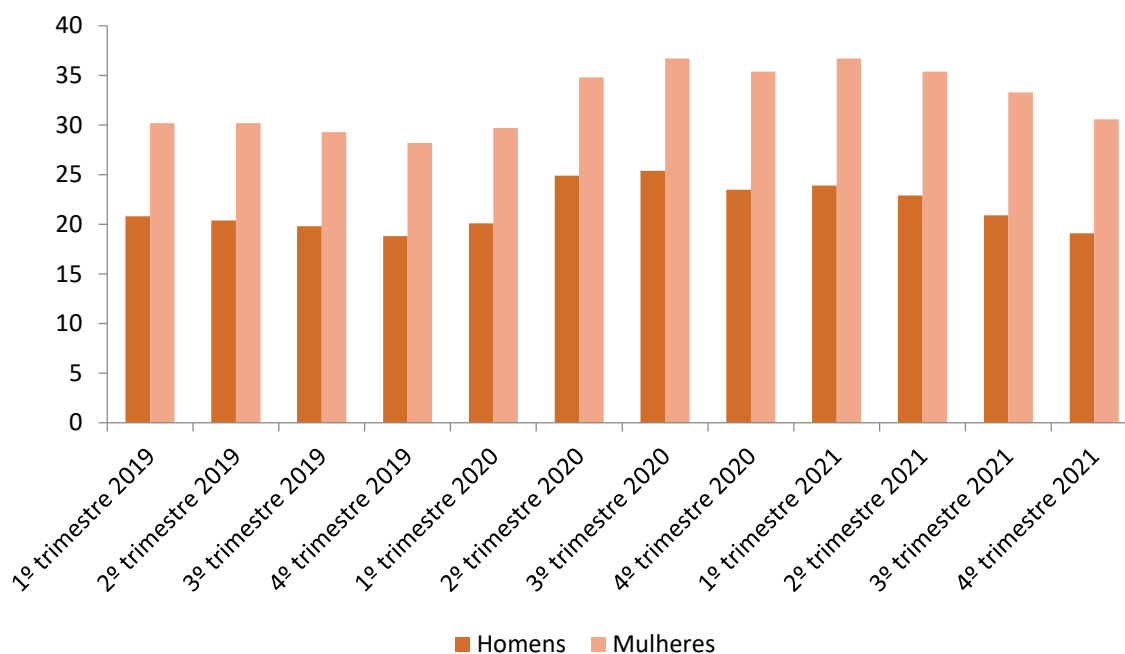


Fonte: Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Os dados, conforme gráfico 8, seguem demonstrando que os indicadores de desocupação das mulheres em relação aos homens são maiores em praticamente todos os trimestres da série. É possível observar que no 2º trimestre de 2020, por exemplo, a desocupação dos homens foi superior em 2,4 p.p em relação a das mulheres. Porém no 2º trimestre de 2021 essa desocupação apresentava-se maior em 46% para as mulheres em relação aos homens. Verifica-se que as taxas de desocupação das mulheres foram superiores as taxas dos homens com exceção do 2º e 3º trimestre de 2020, período no qual houve uma relação de similaridade entre as taxas. Os dados demonstram que não houve aumento da taxa média de desocupação das mulheres em relação à taxa média dos homens, após o período de pico pandemia da COVID-19.

Também se observa que as mulheres possuem maior representatividade na subutilização da força de trabalho, a qual mostrou aumento no período de pico da pandemia, apresentando uma diferença de 11,5 pontos percentuais no último trimestre de 2021 quando comparada com os homens conforme pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

São três as formas de subutilização da força de trabalho, a saber: os desocupados propriamente ditos, ou seja, as pessoas que não têm trabalho, mas procuram efetivamente uma ocupação; a força de trabalho potencial, que reúne as pessoas que não se encontram ocupadas, nem desocupadas, mas que revelam interesse ou necessidade de trabalhar; e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, os quais, trabalham menos horas do que o desejado. O número total de pessoas em idade de trabalhar que compõem esses grupos corresponde à situação de subutilização da força de trabalho.

Observa-se que historicamente as mulheres possuem mais representatividade na taxa de subutilização da força de trabalho em relação aos homens. No período da pandemia a diferença percentual entre os dois grupos chegou a 11,3 p.p. conforme terceiro trimestre do ano de 2020 posteriormente, as taxas diminuem, mas ainda mantem diferenças de aproximadamente 10 p.p entre os grupos, conforme observado no gráfico 9.

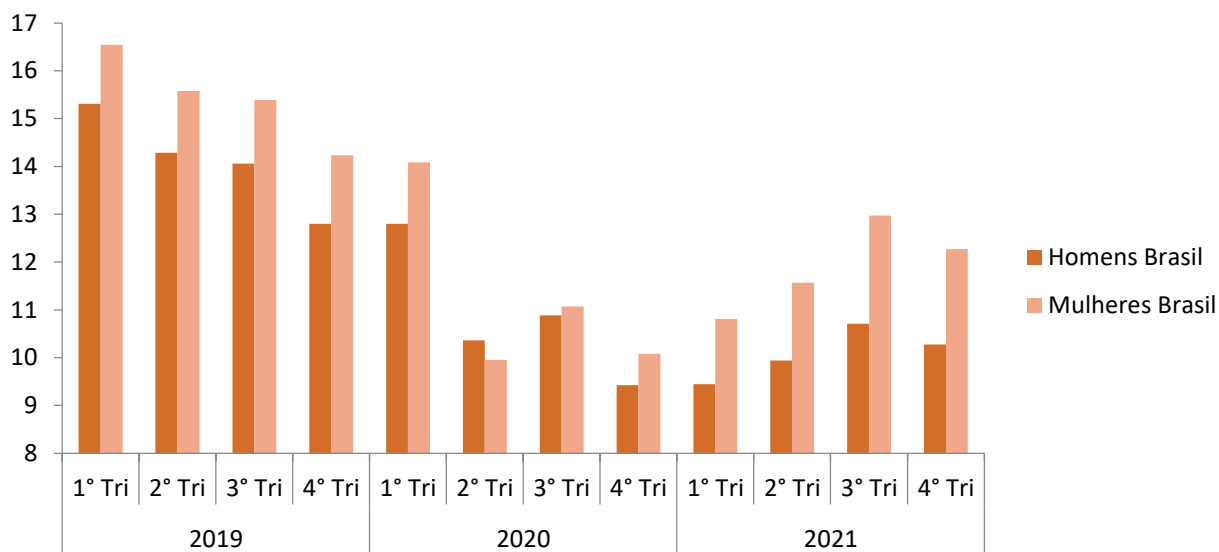
Os próximos indicadores do mercado de trabalho estão divididos entre Brasil e Pernambuco com o intuito de comparar a região pernambucana contra os dados brasileiros, identificando similaridades e diferenças nas condições das mulheres.

O indicador de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, formado pelas pessoas desocupadas que são pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho, porém que procuraram emprego no período de 30 dias e estavam disponíveis para assumi-lo na

semana de referencia, bem como as pessoas sem trabalho, na semana de referencia, que não tomaram providencias para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho com início previsto para após a semana de referência e prazo limite para esse início de até 3 meses, enquanto subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são pessoas de 14 anos ou mais de idade que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais horas e estavam disponíveis para assumir mais horas no período de 30 dias.

Nos dados sobre o Brasil, podemos perceber que ambas as categorias, homens e mulheres apresentaram quedas nos indicadores de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, principalmente entre os três primeiros trimestres do ano de 2020, conforme gráfico 10, que pode ser explicado pelo fechamento dos trabalhos por conta própria e dos serviços não essenciais que levaram as pessoas a saírem do grupo de população na força de trabalho.

Gráfico 10 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas - Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral.

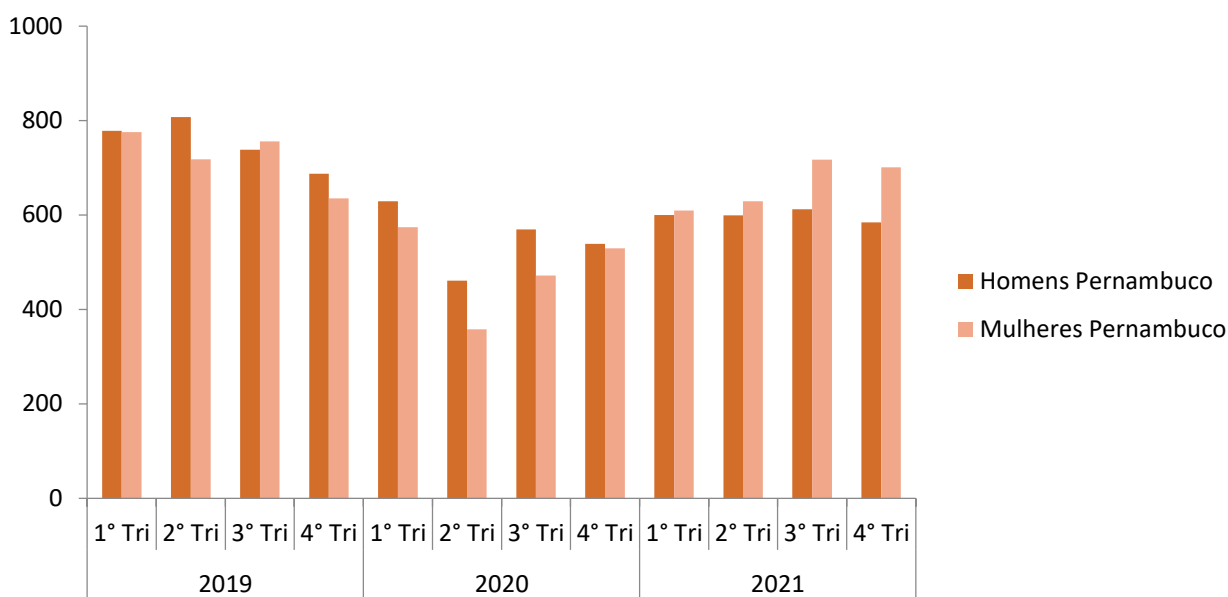
Pode-se perceber, conforme gráfico 10, que no período dos três anos analisados as mulheres se configuram como a maioria a compor a classe dos desocupados e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas refletindo as características históricas abordadas ao longo da monografia no qual as mulheres apesar do aumento de sua participação no mercado, ainda se encontra em sua maioria em subempregos ou desempregadas.

Os dados mostram que no ano de 2020 há uma redução dos números de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, essa diminuição está ligada a saída das

pessoas, tanto homens como mulheres, da força de trabalho devido às medidas restritivas de combate ao corona vírus (FILLETI *et al.* 2022 e GORAYEB *et al.* 2020).

No recorte para Pernambuco – gráfico 11, podemos perceber uma situação de redução da diferença percentual entre os dois grupos nesse indicador, no qual nos primeiros trimestres de 2020 as mulheres foram a minoria em relação aos homens na categoria de desocupados e subocupados. O aumento dos homens em relação às mulheres alcançou uma diferença de 8,7% no primeiro trimestre de 2020, e de 22% em relação às mulheres no segundo trimestre do mesmo ano.

Gráfico 11 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas - Pernambuco

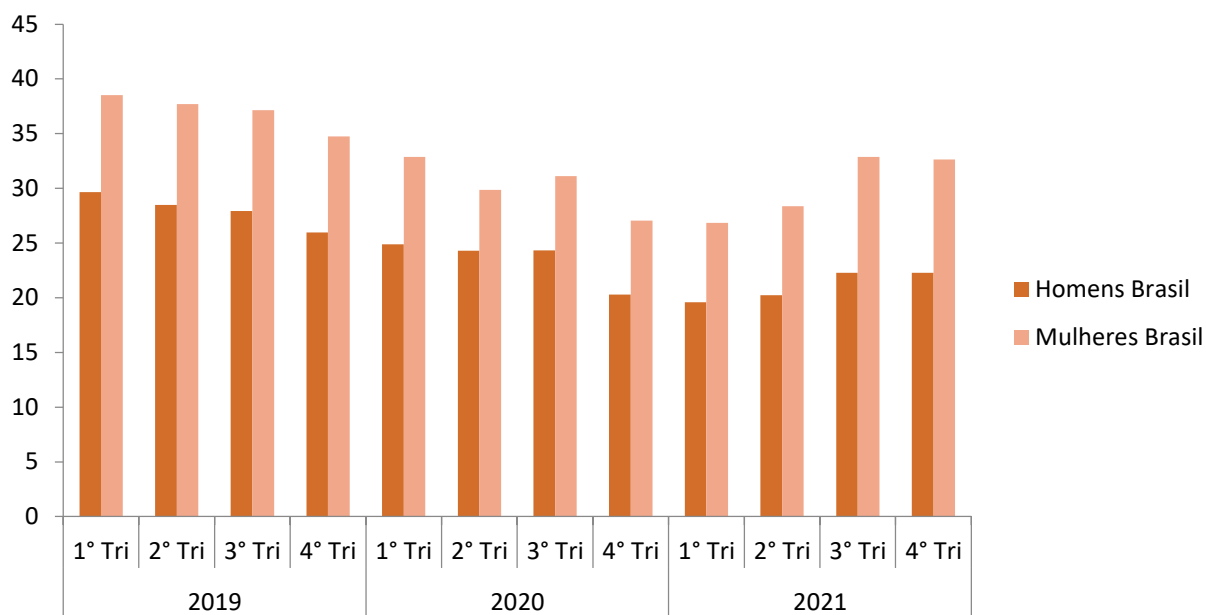


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral.

De acordo com pesquisa do IBGE através dos dados da PNAD contínua, Pernambuco foi o estado brasileiro com maior taxa de desocupação no ano de 2021, no qual, um em cada cinco brasileiros se encontravam na situação de desocupação (BRASIL, 2022). Vários fatores podem ter contribuído pra essa alta, como por exemplo, a maior parte do mercado de trabalho pernambucano se encontra no setor de serviços, sendo este um dos principais setores afetados pela pandemia.

No gráfico a seguir temos os dados referentes as forças de trabalho potencial, que se caracteriza pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas mas possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho e são compostas por dois grupos, aqueles que procuraram emprego mas não estavam disponíveis para trabalhar e aqueles que não procuraram emprego mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar.

Gráfico 12 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial na semana de referencia - Brasil.

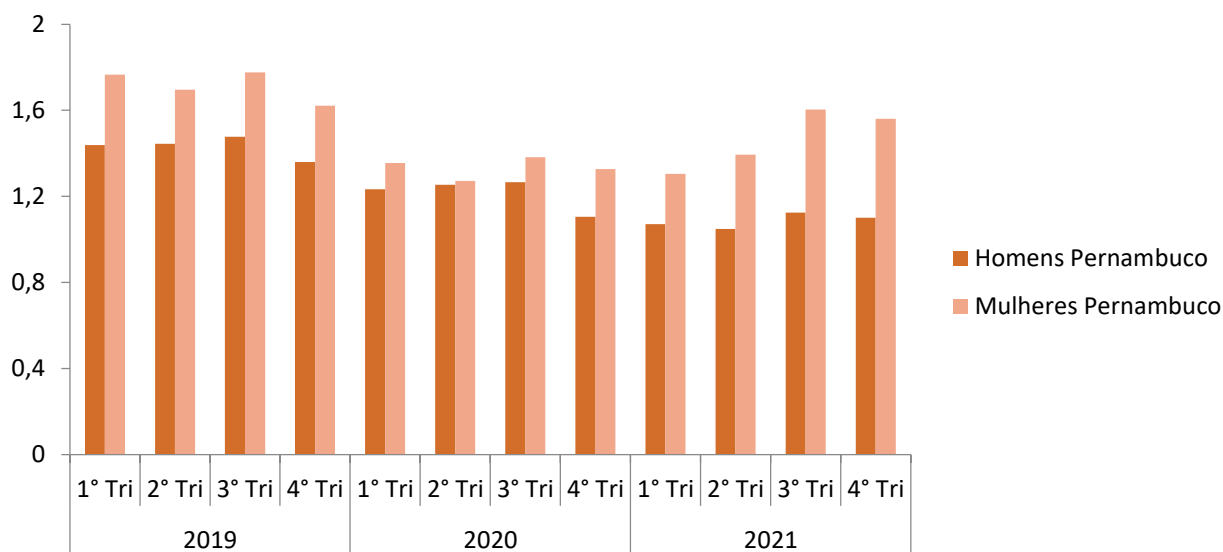


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral.

Algumas categorias são de extrema relevância para a nossa análise: a subocupação da força de trabalho, conforme gráfico 11, e a força de trabalho em potencial, gráfico 12. Esses dois subconjuntos captam a precariedade do mercado de trabalho e a vulnerabilidade das pessoas que se encontram fora da força de trabalho contra seu desejo e necessidade – por desalento ou indisponibilidade. Juntamente com a desocupação, a subocupação e força de trabalho potencial resultam em uma nova categoria intitulada subutilização da força de trabalho (FILLETI e FONSECA, 2021).

No caso do Brasil, percebe-se que mesmo antes da pandemia, as mulheres se configuravam como a maioria na força de trabalho potencial, sendo essa uma categoria que evidencia a situação de vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho, as mulheres representaram 61,7% da força de trabalho potencial e 67,2% da categoria de indisponíveis além de 57% da categoria desalentados e na parte de fora da força de trabalho potencial a composição das mulheres alcança 65% do total do grupo (NPEGen, 2022).

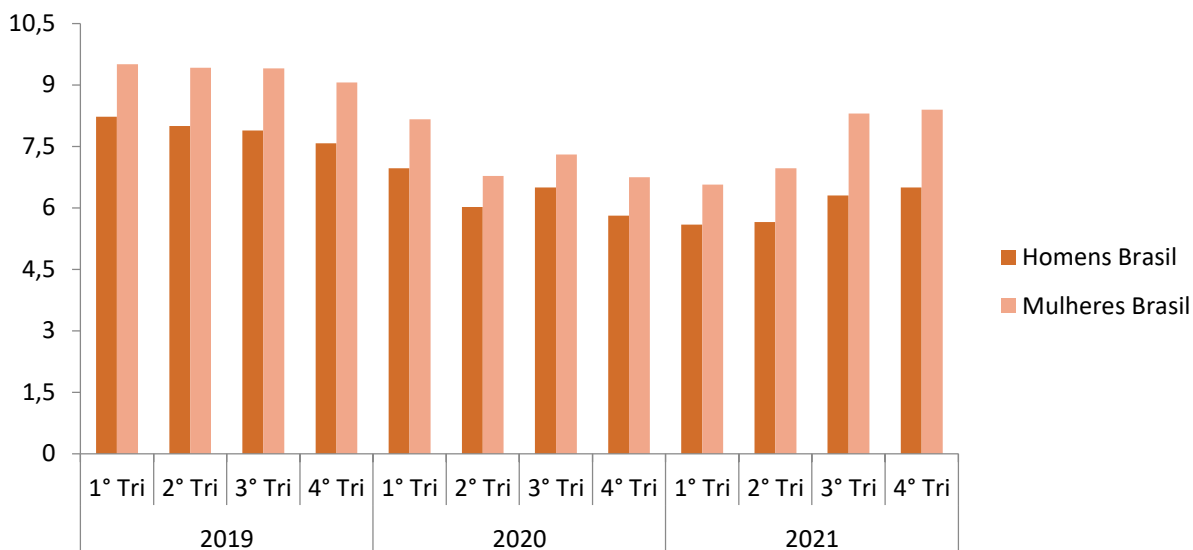
Gráfico 13 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial na semana de referência - Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Os dados para Pernambuco retratam um cenário semelhante, no qual as mulheres se configuram como a maioria do grupo com exceção para o segundo trimestre de 2020 no qual a uma equivalência entre os sexos. Pode-se perceber que durante o ano de 2020 a força de trabalho potencial em Pernambuco mostrou-se menor do que os outros anos, porém as mulheres, mesmo após a retomada da atividade econômica no final de 2021 apresenta uma elevada participação na força de trabalho potencial.

Dentro da força de trabalho potencial, as pessoas desalentadas puxaram a categoria para baixo, visto que houve uma redução de 391,9 mil pessoas desalentadas sendo 245,1 mil mulheres (-8,1%) e 146,8 mil homens (-6,5%) no quarto trimestre de 2021. Ressalta-se ainda que esse indicador reflete o impacto do auxílio emergencial pago para as famílias em condição de vulnerabilidade econômica que possibilitaram que famílias não passassem para a extrema pobreza e tivessem condições de se manter durante o pico da pandemia do corona vírus (NPEGen, 2022).

Gráfico 14 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na condição de desalento - Brasil.

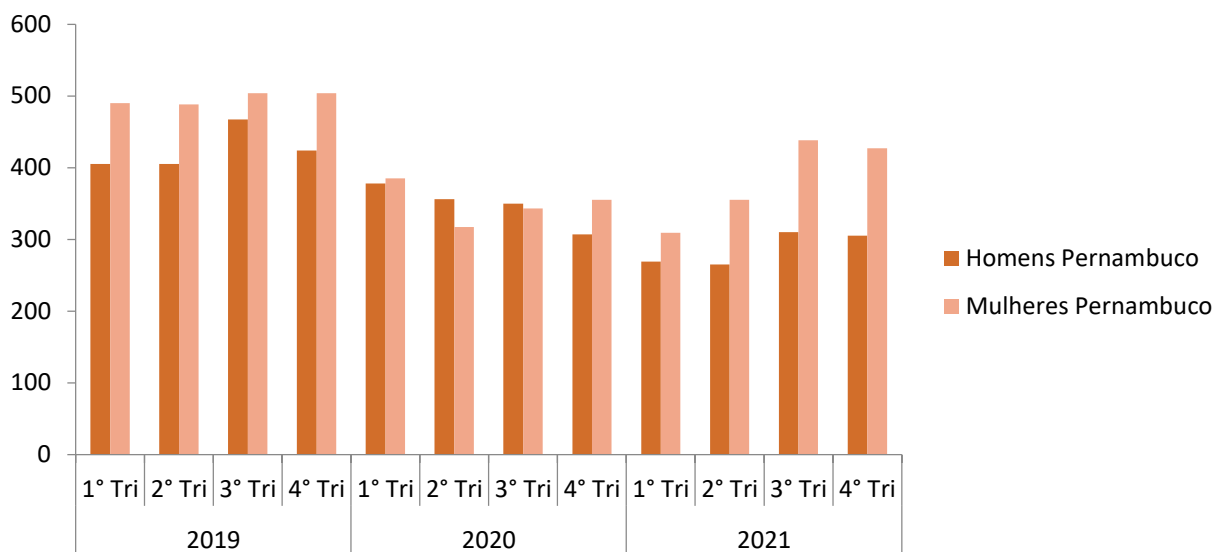
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

É importante ressaltar que o auxílio emergencial foi de extrema importância para que as populações desocupadas e em desalento não apresentassem um estrondoso aumento. Além de que, o auxílio e demais políticas foram de suma importância não apenas para a estabilidade econômica e política do país e manutenção da renda das famílias, mas também pela necessidade de garantir o distanciamento social e dessa forma minimizar os números de contaminados pela covid-19.

De acordo com Peruchetti e Rachter (2019) os desalentados são majoritariamente jovens, mulheres, de cor preta ou parda e com baixa escolaridade, esse grupo que é formado pelas pessoas que desistiram de procurar trabalho por achar que não vão encontra-lo. Nesse indicador, conforme gráfico 14, pode-se perceber uma redução no segundo trimestre de 2020, no qual para o cenário brasileiro há uma redução de 13,6% para os homens e de 16,9% para as mulheres no segundo trimestre de 2020 comparado ao primeiro trimestre do mesmo ano. Enquanto no cenário pernambucano, gráfico 15, também comparado o segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, há uma redução de 5,82% para os homens e de 17,6% para as mulheres.

Esse indicador, assim como o de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas mostra uma tendência crescente a partir do primeiro trimestre de 2021 e as mulheres possuem maior representatividade nesse indicador tanto na período anterior a pandemia do corona vírus como nos períodos posteriores ao pico da covid-19.

Gráfico 15 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na condição de desalento em Pernambuco.

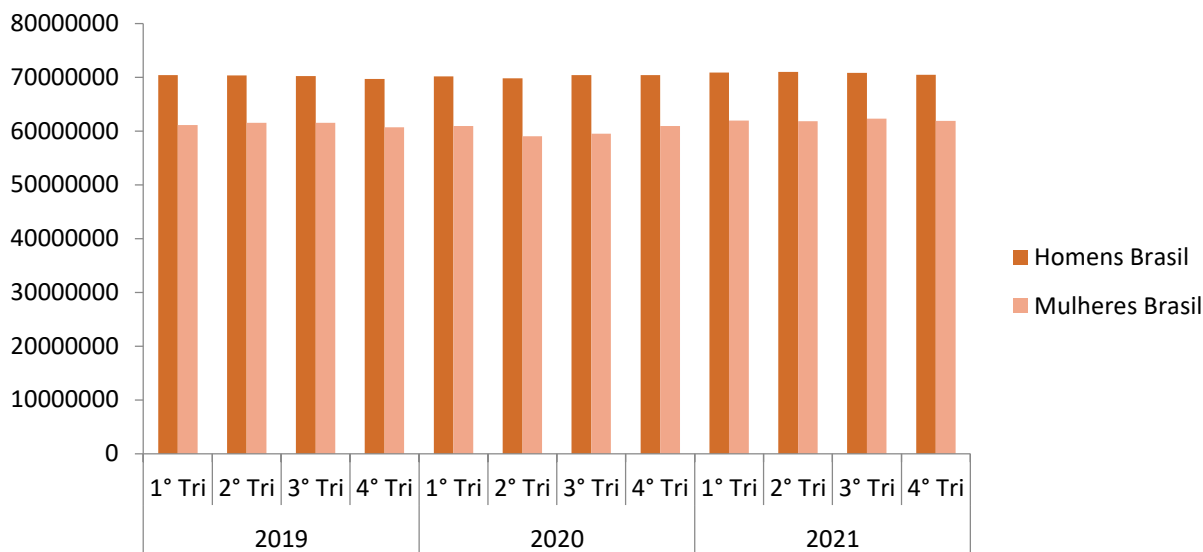


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Os dados de Pernambuco refletem o impacto que o auxílio emergencial e demais políticas tiveram na população, os dados de 2020 mostram uma redução de desalentados e após o período de fim do auxílio emergencial os números voltam a subir principalmente para as mulheres.

Esse movimento de alta em relação às mulheres na condição de desalento pode estar ligada a retomada da atividade econômica e fim do auxílio emergencial, com isso, as mulheres tem a necessidade de voltar ao mercado de trabalho para conseguir renda mas ainda se encontram impossibilitadas de realizar a procura por causa do processo gradual de abertura das redes de apoio.

Gráfico 16 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ampliada - Brasil.



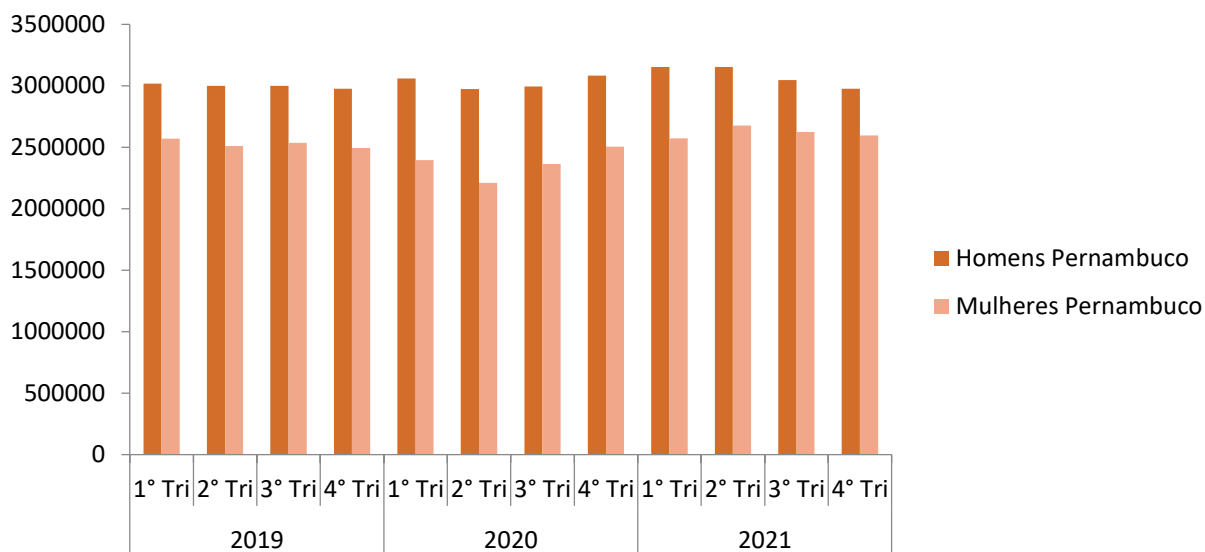
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Conforme gráfico 16, percebe-se uma certa estabilidade nas pessoas na força de trabalho ampliada que se configura pela soma das pessoas na força de trabalho e as pessoas na força de trabalho potencial.

Gorayeb (2020) pontua que a força de trabalho potencial cresceu em 2020, mas não compensou a queda da força de trabalho no sentido mais restrito. Ou seja, a força de trabalho ampliada (Força de trabalho + Força de trabalho potencial), tanto de mulheres quanto de homens, se reduziu sensivelmente nos três trimestres de 2020 (-2,3 milhões para as mulheres e -2,2 milhões para os homens). Isso significa que, de forma atípica para um cenário de crise, aumentou substancialmente o número de pessoas que não trabalharam e não desejaram trabalhar.

O cenário pernambucano, conforme gráfico 17, ressalta essa mesma característica atípica da crise gerada pela pandemia da covid-19, onde há uma redução da força de trabalho ampliada e um aumento do número de pessoas que não trabalharam e não desejaram trabalhar, principalmente em relação as mulheres que corresponderam de forma mais intensa nessa baixa da força de trabalho ampliada.

Gráfico 17 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ampliada - Pernambuco.

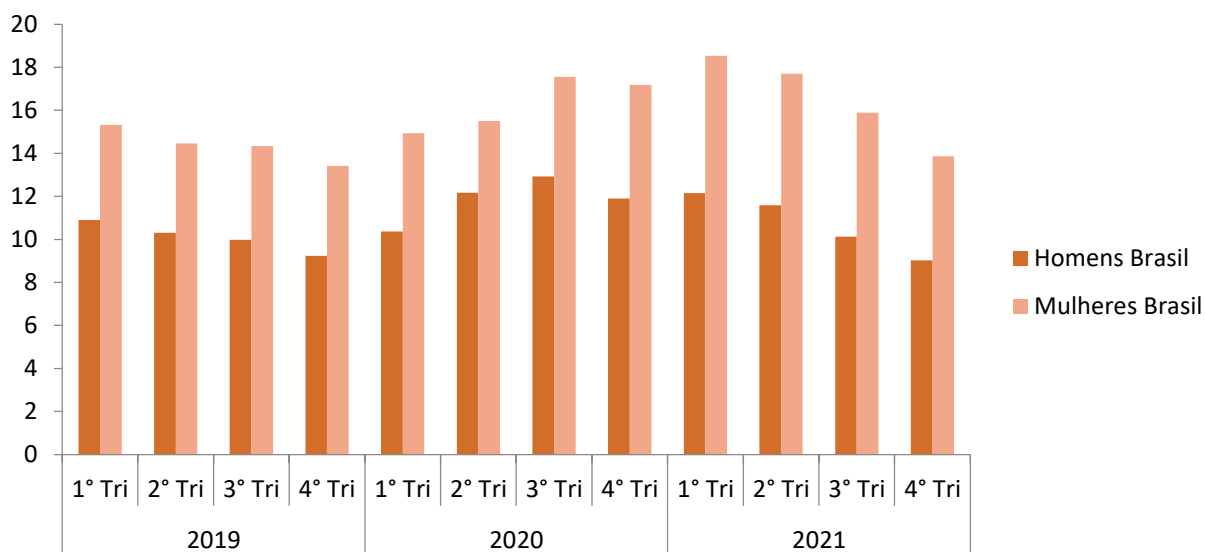


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Nota-se no gráfico 17, no segundo trimestre de 2020 no estado de Pernambuco uma redução da quantidade de mulheres na força de trabalho potencial, justamente no mês onde ocorre o primeiro pagamento do auxílio emergencial, o qual começou em abril de 2020, com isso as mulheres puderam através dessa renda manter o sustento da família e sair nesse período da força de trabalho. O comportamento da série é semelhante ao observado no nível nacional com exceção da leve oscilação no segundo trimestre de 2020, existe uma estabilidade nos números.

Conforme o resultado observado, as oscilações dentro da força de trabalho e na força de trabalho potencial não acarretaram grandes variações na força de trabalho ampliada, na qual, existe estabilidade entre os números nos dois cenários observados, Brasil e Pernambuco.

Gráfico 18 - Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas - Brasil.



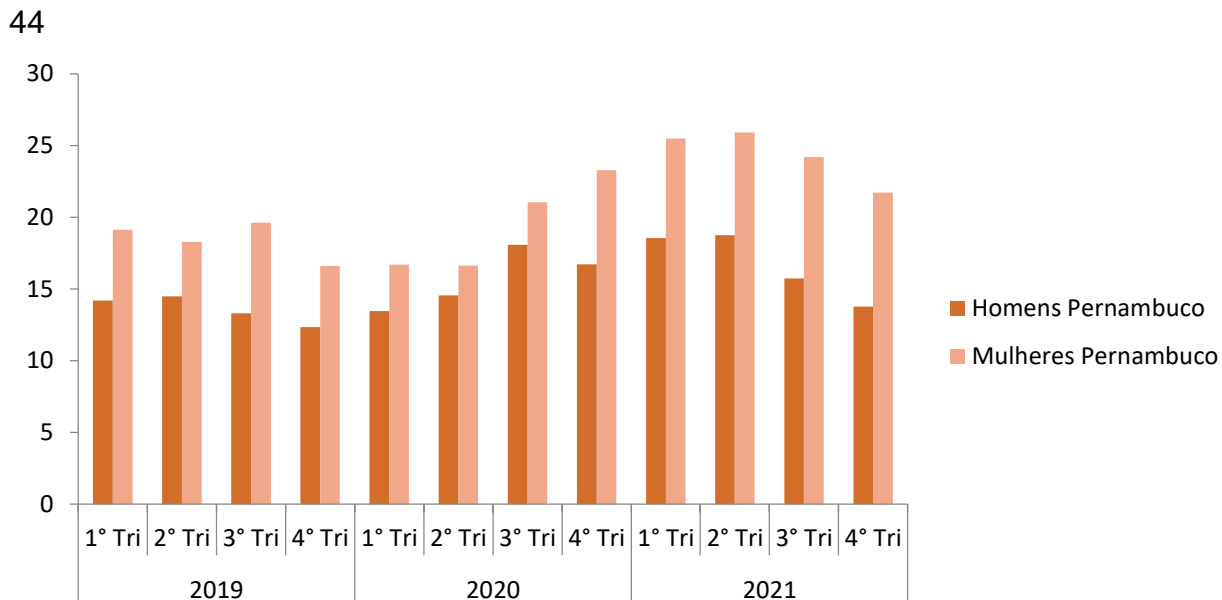
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Quando olhamos para taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, esta que é formada pelo somatório da desocupação com a subocupação por horas trabalhadas dividida pela força de trabalho, nota-se o aumento durante o período inicial da pandemia do corona vírus conforme gráfico 18, principalmente para as mulheres porém nos últimos trimestres de 2021 percebe-se a redução da taxa associada ao aumento do número de pessoas ocupadas sinalizando uma retomada dos cargos, é importante salientar que a taxa de desocupação das mulheres atinge ainda 6,5 milhões de mulheres (NPEGen, 2022).

Nos primeiros trimestres do ano de 2020 a taxa de desocupados não sobe imediatamente, sendo o momento de pico posterior ao início da pandemia, no caso, no primeiro trimestre de 2021. Nesse momento, a campanha de vacinação já se encontra em andamento e a economia já apresentava retorno da atividade econômica e redes de apoio de forma híbrida e com o fim do auxílio, as pessoas voltam a procura por emprego e eleva-se a taxa de desocupados devido a alta demanda.

Para Pernambuco os dados refletem um cenário semelhante ao observado no nível nacional conforme gráfico19, no qual durante o período da pandemia havia certa estabilidade da taxa de desocupação e após, nos primeiros trimestres dos ano de 2021 há um elevação da taxa.

Gráfico 19 - Taxa de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas - Pernambuco.

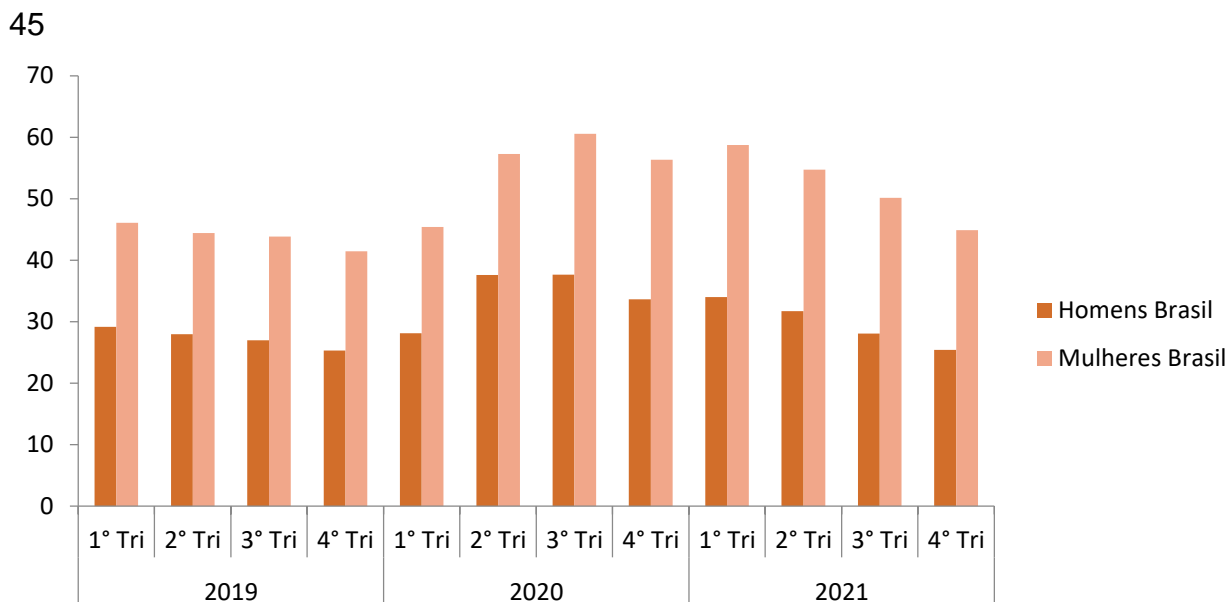


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Como citado anteriormente, o auxílio emergencial no estado teve importante contribuição para manutenção da renda das famílias, com isso estima-se que parte da população durante o período da pandemia não procurou emprego e não desejou trabalhar.

O gráfico 19 também representa a subutilização da mão de obra, no mesmo cenário que temos uma redução do desemprego, conforme visto anteriormente, temos também elevada subocupação. Os empregos em sua maioria concentram-se em informais, sem carteira assinada e por conta própria. Conforme ressalta a análise do IPEA (2022b), a taxa de desocupação ficou em 12,8%, em agosto de 2021, situando-se 1,9 p.p abaixo da taxa registrada no mesmo período do ano passado. Os dados dessazonalizados indicam um recuo de 13,0% em julho para 12,8% em agosto, na mesma análise, ressalta-se o crescimento de 24,4% dos empregos sem carteira assinada no setor privado e de 16,4% dos trabalhadores por conta própria contra uma alta de 7,1% nos empregos de carteira assinada.

Gráfico 20 - Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial - Brasil.



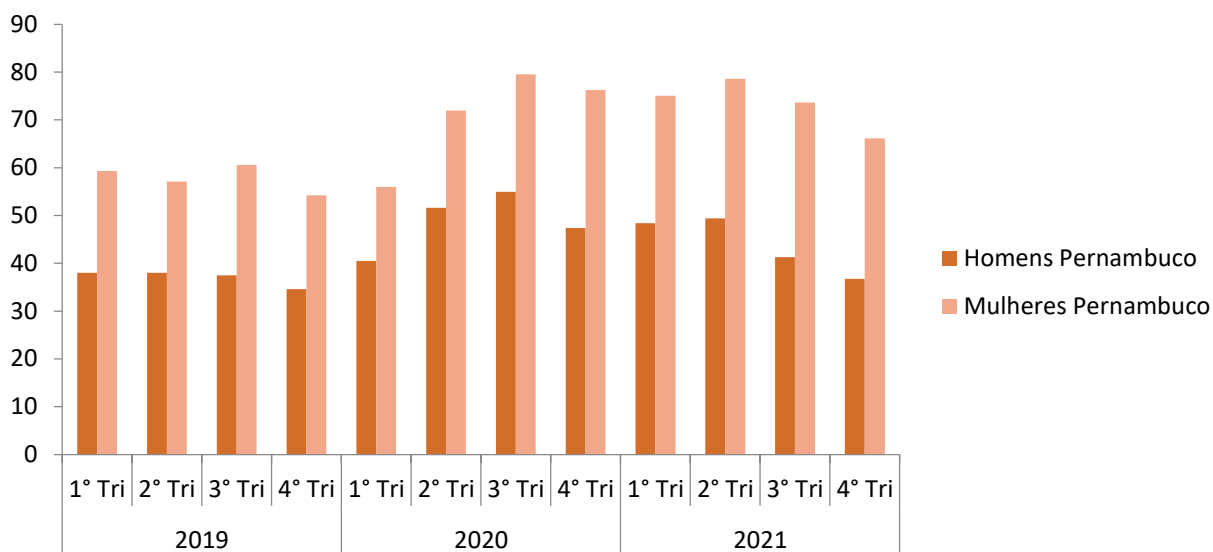
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Já na taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, formada pelo somatório dos desocupados com a força de trabalho potencial dividido pela força de trabalho ampliada, tem-se a sua maior parte composta por mulheres alcançando período de pico durante a pandemia e apresentando redução no quarto trimestre de 2021, conforme exposto no gráfico 20. A força de trabalho potencial retrata justamente a situação da vulnerabilidade ao ser maioria nesse indicador, pois elas se encontram fora da força de trabalho contra seu desejo e necessidade – por desalento ou indisponibilidade.

Na análise dos dados para Pernambuco, tem-se o mesmo cenário observado no nível nacional, conforme o gráfico 21 demonstra, as mulheres são a maioria em relação aos homens marcando uma diferença de 28 p.p acima dos homens no nível nacional e aproximadamente 32,4 p.p no estado de Pernambuco no quarto trimestre de 2021.

Ressalta-se na pesquisa de Araújo e Ribeiro (2021) a região nordeste apesar de possuir menores diferenciais salariais entre homens e mulheres, configura-se como a região de maior segregação de acesso as ocupações entre os gêneros, ou seja, as mulheres na região nordeste, no qual o estado de Pernambuco está inserido, possui maior empecilho ao acesso a ocupação.

Gráfico 21 - Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial - Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua trimestral

Além disso, devem-se considerar as pessoas desocupadas que devido à metodologia do IBGE não estão computadas dentro da categoria, pois de acordo com o IBGE, pessoa desocupada é aquela com 14 anos ou mais que não está trabalhando, mas está disponível e a procura de emprego porém houveram pessoas que não tiveram condições de procurar trabalho devido as medidas de combate ao covid-19, essas pessoas deixaram de compor a força de trabalho, e com isso diminui a efetividade da taxa de desocupação. (SILVA E SILVA 2020, PRATES, BARBOSA 2020).

Ainda se tratando dos gráficos 20 e 21, observa-se que há um aumento dessa diferença percentual entre os gêneros a partir do segundo trimestre de 2021, momento no qual a pandemia já se encontra controlada e há retomada da atividade econômica, portanto, houve redução considerável na taxa para o gênero masculino passando de 37,60% no segundo trimestre de 2020 para 31,70 no segundo trimestre de 2021 no nível nacional e de 51,58% para 49,4 em Pernambuco no mesmo período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do corona vírus impactou a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, sendo essa uma crise sanitária com impactos na economia, vários governos de diferentes países empenharam seus melhores esforços para conter e combater os efeitos do vírus. O contexto anterior à crise econômica evidenciava melhoras depois da crise política e social vivida no Brasil de 2014 – 2016, ainda em estado de estruturação a pandemia surge em meio ao processo de retomada econômica.

A presente monografia buscou analisar os efeitos da crise econômica sanitária sobre o mercado de trabalho, tanto no nível nacional como no estado de Pernambuco, através dos indicadores do mercado de trabalho obtidos através das pesquisas do IBGE pelos dados da PNAD Contínua trimestral buscando evidenciar os sinais de desigualdades presentes entre os gêneros.

Foi visto pela análise histórica que a mulher vem conquistando espaço no mercado de trabalho, alcançando cada vez mais participação, porém sua concentração ainda é inferior quando comparadas com os homens, como visto, as mulheres são a maioria da população em idade ativa, contudo possuem menor representatividade na força de trabalho e na população ocupada.

No cenário brasileiro em geral, os resultados mostram que durante a pandemia ocorreu uma queda na subocupação por insuficiência de horas trabalhadas de aproximadamente 13,5% divergindo do que era esperado, pois com o fechamento dos estabelecimentos esperava-se mais pessoas em condição de subocupação para compor a renda. A força de trabalho potencial saltou em 64,2 % quando comparado ao primeiro trimestre de 2020 retratando o contingente de pessoas que poderiam representar mão de obra efetiva no país mas por diversos motivos não participavam da força de trabalho. Além disso, a taxa de participação e ocupação apresentou queda no segundo trimestre de 2020, revelando a saída dos trabalhadores do mercado de trabalho, porém os dois indicadores voltam a subir a partir de 2021, devido à retomada da atividade econômica.

Nas análises comparativas Brasil e Pernambuco por gênero, nota-se uma redução nas pessoas desocupadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas contrariando a expectativa de aumento dos números a partir do segundo trimestre de 2020, porém esse aumento só começa a partir dos primeiros trimestres de 2021 e as mulheres possuem maior representatividade nesse grupo do que os homens. A força de trabalho potencial não apresenta grandes oscilações para o cenário pernambucano, os números aumentam nos últimos trimestres de 2021 e as mulheres são as que possuem maior representatividade no grupo tanto para o Brasil como para Pernambuco. No indicador dos desalentados, obtem-se também o cenário oposto do

que o esperado, onde tem-se uma redução do indicador no ano de 2020, no qual esperava-se um salto nos números devido os fechamentos dos estabelecimentos, os últimos trimestres de 2021 tem-se uma elevação nos números e novamente as mulheres possuem maior representatividade. Na força de trabalho ampliada não foi possível verificar nenhuma oscilação, os números se mantem relativamente estável e os homens possuem maior representatividade nesta categoria.

Nas análises das taxas de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, tem-se um aumento contínuo dos números no segundo trimestre de 2020 até o segundo trimestre de 2021 quando começa a apresentar relativa redução, tanto no nível nacional como no estado de Pernambuco, as mulheres possuem maior representatividade e mesmo com a retomada da atividade econômicas, o sexo feminino apresenta maior porcentagem de representação quando comparados aos homens, enquanto estes apresentam queda, as mulheres apresentam aumento pós pandemia. Esses indicadores retratam a condição de vulnerabilidade e precariedade das mulheres no mercado de trabalho pois eles captam de forma mais direta a subutilização da força de trabalho.

Conclui-se que a pandemia afetou ambos os sexos de forma relevante, as políticas de combate ao Corona Vírus impossibilitaram que várias pessoas pudessem compor a força de trabalho, porém por outro lado, as políticas de auxílio emergencial e apoio as empresas possibilitaram certo controle da renda das famílias, evitando o aumento da extrema pobreza no país, dado que no período de vigência dos benefícios, os resultados auferidos mostram relativos aumentos enquanto nos períodos que cessam os benefícios os números aumentam de forma significativa. Para o caso das mulheres, não foi possível através dos indicadores analisados perceber sinais de desigualdades originados pela pandemia da covid-19 porém observa-se que elas são a maioria nos indicadores que revelam a precariedade e vulnerabilidade do mercado, como na subocupação e força de trabalho potencial, no qual no primeiro caso, elas estão ocupadas, mas de forma precária; no segundo, elas se encontram fora da força de trabalho contra seu desejo e necessidade.

Nesse sentido, avaliar o mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero possibilitou apontar a urgente necessidade de aprofundar as pesquisas sobre as condições do gênero feminino e sua situação de vulnerabilidade e precariedade frente ao mercado de trabalho. Serviu também para corroborar a relevância do papel do Estado brasileiro em criar políticas com o foco na mitigação das desigualdades observadas e na manutenção da renda, pois há um longo processo até o estabelecimento de um mercado de trabalho com condições justas e igualitárias para todos e apenas com o apoio do governo esse caminho poderá ser traçado através de políticas públicas, já que o mercado de trabalho não conseguirá regular-se por si só.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Cienc. Cult. 2006, vol.58, n.4, pp.40-41. ISSN 0009-6725.

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 33, n.2, abr.-jun. 2001.

AUTOR, D.; REYNOLDS, E. **The nature of work after the covid crises: too few low-wage Jobs**. The Hamilton Project. 2020.

BARROS, R. P.; RAMOS, L.; SANTOS, E. **Gender differences in brazilian labor markets: investment in women's human capital**. Chicago: University of Chicago, 1995

BITTENCOURT, S. R. V. **A participação da mulher no mercado de trabalho e o cuidado dispensado aos filhos menores de sete anos, durante a ausência materna**. 1980. 75f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.

BRASIL. **Desemprego recua na maioria dos estados em 2021**. Agencia brasil, rio de janeiro. fev. 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2022-02/desemprego-recua-na-maioria-dos-estados-em-2021>>. Acesso em 10 de maio. 2022.

BRIDJE, Instituto. **Entenda tudo sobre o programa emergencial de manutenção do emprego e da renda**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-renda/>. Acesso em 16 de maio. 2022.

BRITO S. B.F.; BRAGA, I. O.; PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. **Pandemia da Covid 19: o maior desafio do século XXI**. São Paulo: visa em debate, 2020.

BRITO, S. J.; **Consolidação das leis do trabalho: Olhares sobre a Questão Legislativa laboral no Brasil**. Monografia (Graduação em Direito). Minas Gerais: UFGD, 2018.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro**. CIEC - Estudos Feministas, Rio de Janeiro, ano2, n.1, 1º semestre/1994, p.17-32.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. e MERCADO, C. M. **Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional**. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. e HIRATA, H. (Orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CAGED. **Estatísticas mensais do emprego formal**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br>>. Acesso em 13 de abr. de 2022.

CARVALHO, C. M.; **Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universidade sistema do capital**. Revista Libertas. Minas Gerais, 2021.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad**, Informe Especial COVID-19, N° 7, Santiago. out. 2021.

CODACE - Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. **Comunicado de 30 de outubro de 2017**. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/>

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida**. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. (Carta de Conjuntura, n. 50).

CORSEUIL, C. H. et. Al. **Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19**. Nota Técnica, n. 92, Brasília: DISOC.IPEA, fev.2021.

COSTA, J. S., BARBOSA, A. L. N. D. H., & HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19**. No. 2684. Texto para Discussão, 2021.

DASA Analytics. **Dados Covid-19**. Disponível em: <https://dadoscoron_avirus.dasa.com.br/#lp-pom-block-195>. Acesso em 14 fev. 2022.

FILLETI, J. P.; HAMAZAKI, C. S.; CAJUEIRO, J. P. M. Mulheres no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 03, número 01, junho de 2021.

FILLETI, J. P.; HAMAZAKI, C. S.; CAJUEIRO, J. P. M. Mulheres no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2021. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 03, número 04, março de 2022.

FOURIER, Charles, *Theory of the four movements*, Cambridge University Press, 1996.

GIRÃO, I. C. C. **Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho**. 2001. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-

Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GORAYEB, D. S., FONSECA, C. V. C., FILLETI, J. D. P., & CAJUEIRO, J. P. **Uma análise do mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: efeitos sobre as mulheres, sua saída da força de trabalho e sua indisponibilidade.**2020.

GOV.BR. Governo do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>>. Acesso em 14 de fev. 2022.

GDF. **Governo do Distrito Federal.** Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/06/23/cenario-economico-no-brasil-e-no-mundo-pos-covid-19/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

HOFFMANN, R; LEONE, E T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda familiar per capita no Brasil: 1981-2002.** Belo Horizonte – MG, Revista Nova Economia, Volume 14, Número 2, Maio – Agosto de 2004.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem.** 21º edição, Rio de Janeiro – RJ, editora LTC, 1986.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua.** Divulgação especial, medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. fev. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

IBGE. **Agencia de notícias.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32362-desemprego-recua-para-12-6-no-terceiro-trimestre-e-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em 11 fev. 2022.

IBRE/FGV. **Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.** Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 17 fev. 2022.

IBRE/FGV. **Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.** Boletim Macro: a inflação não da trégua. 22 fev.2022.

IPEA. Atividade econômica. Carta de Conjuntura nº 54, nota de conjuntura 33. **Indicadores mensais de indústria, comércio e serviços:** janeiro e fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/03/indicadores-mensais-de-industria-comercio-e-servicos-janeiro-e-fevereiro-de-2022/>>. Acesso em 30 de abr. 2022a.

IPEA. Mercado de Trabalho. Carta conjuntura, n 54. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/03/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-2/>>. Acesso em 13 de abr. 2022b.

IPEA. Carta de Conjuntura n° 54, nota de conjuntura 21. **Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia:** resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/03/retrato-dos-rendimentos-e-horas-trabalhadas-durante-a-pandemia-resultados-da-pnad-continua-do-quarto-trimestre-de-2021/>>. Acesso em 19 fev. 2022c.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. **Efeitos de período, corte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.** In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. “Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil”. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MADEIRA, Felicia Reicher. **Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970**, São Paulo: Cebrap, 1973.

NERI, Marcelo C. **A escalada da desigualdade:** qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e pobreza?, Marcelo Neri – 34 pag. Rio de Janeiro, RJ. Agosto/2019 – FGV Social. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/desigualdade>>. Acesso em: 15 Mai. 2022.

NERI, M. C. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro:** Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada” (2020). Disponível em: <<https://cps.fgv.br/pesquisas/efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>>. Acesso em 15 mai. 2022.

OECD et al. (2021), Latin American Economic Outlook 2021: Working Together for a Better Recovery, OECD Publishing, Paris, 2021.

OLIVEIRA, A. M. H. C. **Indicadores da segregação ocupacional por sexo no Brasil.** In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, XI. Anais... Abep, 1998

OLIVEIRA, P. R.; JARDIM, S. C.; TEIXEIRA, E. C. (2020). Pandemia da COVID-19 e ocupação no mercado de trabalho: o caso da Região Nordeste do Brasil. *Econômica*, 22(1).

PINHEIRO, C. J. **Trabalho Feminino no Brasil:** Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010). Porto Alegre, 2012. Monografia (Graduação em econômica). Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre.

PRATES, I. BARBOSA R, J. **Situação dramática do desemprego está oculta nos indicadores oficiais:** sem renda emergencial de R\$600,00 a pobreza atingiria 30% da população. Boletim n. 14, rede de pesquisa solidária. Jul. 2020.

PRIORE, Mary Del, (org.) **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto/UNESP, In. Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira GIULIANI, Paola Cappellin, 1997.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 22 fev. 2022.

SERASA. **Micro e pequenas empresas impulsionaram a busca por crédito em janeiro**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/analise-de-dados/micro-e-pequenas-empresas-impulsionaram-busca-por-credito-em-janeiro-revela-serasa-experian/>>. Acesso em 22 fev. 2022.

SILVA, L. M; SILVA, A. R. **Economia brasileira pré, durante e pós pandemia do covid-19: impactos e reflexões**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2020.

SILVA, T. D; SILVA, S. P. **Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da Pnad Covid-19**. Nota técnica, n. 46. Brasília: DIEST.IPEA, nov, 2020.

SILVA, M. C; FILHO, M. N; KOMATSU, K. B. **Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira**. Insper. São Paulo, 2016.

SIS. **Sistema de Indicadores Sociais**, I. S. (2020). Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

WAJNMAN, S. **Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro1: avanços e entraves**. In: Marta Porto (Org). “Olhares femininos, mulheres brasileiras”. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006